



PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRT DA 15ª REGIÃO

CADERNO DE DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA

ÍNDICE ANUAL 2009

(Alfabético e Remissivo)



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 15ª REGIÃO***

**CADERNO DE DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA
DA ESCOLA JUDICIAL***

**ÍNDICE ANUAL
2009**

(Alfabético e Remissivo)

* Em 23 de novembro de 2009, a Escola da Magistratura passou a ser denominada Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Cad. Doutr. Jurisp. Escola Judicial	Campinas	v. 5	índice anual	p. 245-280	janeiro/dezembro 2009
-------------------------------------	----------	------	--------------	------------	-----------------------

ESCOLA JUDICIAL

Desembargador Federal do Trabalho LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
Diretor

Desembargador Federal do Trabalho FERNANDO DA SILVA BORGES
Coordenador

CONSELHO CONSULTIVO E DE PROGRAMAS

Desembargador Federal do Trabalho JOSÉ ANTONIO PANCOTTI
Representante dos Juízes do Tribunal

Juiz do Trabalho FRANCISCO ALBERTO DA MOTTA PEIXOTO GIORDANI
Representante dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho

Juíza do Trabalho ALZENI APARECIDA DE OLIVEIRA FURLAN
Representante dos Juízes Substitutos

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região - AMATRA XV
(Voz e Assento)

REPRESENTANTES DAS CIRCUNSCRIÇÕES

Juiz do Trabalho JOÃO ALBERTO ALVES MACHADO - Araçatuba

Juiz do Trabalho EDISON DOS SANTOS PELEGRINI - Bauru

Juiz do Trabalho MANOEL CARLOS TOLEDO FILHO - Campinas

Juiz do Trabalho JOSÉ ROBERTO DANTAS OLIVA - Presidente Prudente

Juiz do Trabalho AMAURI VIEIRA BARBOSA - Ribeirão Preto

Juíza do Trabalho SCYNTHIA MARIA SISTI TRISTÃO - São José do Rio Preto

Juiz do Trabalho LÚCIO SALGADO DE OLIVEIRA - São José dos Campos

Juiz do Trabalho MARIA CRISTINA BRIZOTTI ZAMUNÉR - Sorocaba

Coordenação

Desembargador Federal do Trabalho Nildemar da Silva Ramos - Doutrina
Juiz do Trabalho Jorge Luiz Costa - Jurisprudência

Organização

Serviço de Documentação e Publicações Técnicas:
João Augusto Germer Britto – Diretor
Laura Regina Salles Aranha – Assistente-chefe / Publicações Técnicas
Vandrécia Scafutto Fiskum – Auxiliar especializado / Documentação

Jornalista responsável

José Francisco Turco – MTb/SP – 21.571

Capa

Mônica de Oliveira Jürgensen
Patrícia Izumi da Silva

Impressão e Acabamento

Setor de Gráfica do TRT da 15ª Região

Catálogo na Publicação (CIP) elaborada pelo
Serviço de Documentação/TRT 15ª Região

Caderno de Doutrina e Jurisprudência da Escola Judicial /
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região,
Escola Judicial do TRT da 15ª Região – Campinas/
SP, v.1, n.1, jan./fev. 2005-

Continuação do Caderno de Doutrina e Jurisprudência
da Ematra XV

Bimestral

v.5, Índice anual, jan./dez. 2009

1. Direito do Trabalho - Periódicos - Brasil. 2. Processo Traba-
lhista - Brasil. 3. Jurisprudência Trabalhista - Brasil. 4. Jus-
tiça do Trabalho - Brasil I. Brasil. Tribunal Regional do Tra-
balho da 15ª Região. Escola da Magistratura.

CDU - 34:331 (81)
CDD - 344.01

© Todos os direitos reservados:

Escola Judicial do TRT da 15ª Região

Rua Barão de Jaguará, 901 – 3º andar – Centro
13015-927 Campinas – SP

Telefone: (19) 3731-1683 - Fax: (19) 3236-0585

e-mail: escolajudicial@trt15.gov.br

SUMÁRIO

<i>ONOMÁSTICO</i> _____	251
<i>TÍTULO</i> _____	259
<i>Doutrina</i> _____	259
<i>ASSUNTO</i> _____	260
<i>Íntegras</i> _____	260
<i>Ementário de Jurisprudência</i> _____	263

Observação:

Para facilitar e enriquecer a consulta, optou-se por acrescentar o assunto ao índice onomástico; quanto aos índices de doutrina e íntegras, optou-se por acrescentar a autoria.

ÁBILE, José Carlos

- Alistamento..... 4/132
- Crédito 4/140
- Dano moral. Aborto espontâneo. Retardo do empregador na prestação de socorro à empregada. Culpa reconhecida. Indenização devida (Íntegra de sentença) 2/54
- Execução 4/140
- Inquérito para apuração de falta grave. Professor Municipal. Convocação para trabalhar em desfile cívico, em domingo e também feriado municipal. Recusa. Falta grave inócidente. Inquérito improcedente (Íntegra de sentença) 6/216
- Juros de mora 4/144

ANJOS, Alexandre Vieira dos

- Embargos à execução. Relativização da coisa julgada. Diferenças de adicional de insalubridade. Título judicial em contrariedade à Súmula Vinculante nº 4. Embargos procedentes. Inexigibilidade do título reconhecida (Íntegra de sentença) 3/86

ARAÚJO, Luiz Carlos de

- Agravo regimental 1/24
- Inversão 1/24
- Pagamento de acordo judicial 1/25
- Preclusão..... 3/100

BARBOSA, Maria da Graça Bonança

- Relação de emprego..... 2/67

BARROS, Carlos Roberto do Amaral

- Correição parcial 3/93

BORGES, Fernando da Silva

- Acordo 5/175
- Acordo coletivo de trabalho 6/224
- Acordo judicial..... 5/175
- Conexão..... 5/179
- Contribuição 5/180
- Dano moral..... 3/94
- Embargos de terceiro 6/231
- Sindicato 1/29

CAMPOS, Flavio Nunes

- Adicional de periculosidade 4/132
- Aposentadoria 5/177

- Estabilidade convencional 1/22
- Estagiário 2/64
- Execução 6/232
- Fibromialgia 5/185
- Indenização..... 3/99
- Petrobras 6/235
- Processo do trabalho 1/26
- Súmula vinculante..... 3/103
- Usinas de açúcar e álcool 1/30
- Vínculo empregatício..... 6/240

CANICOBA, Wilton Borba.

- Pagamento de salário 6/235

CARRADITA, Manuel Soares Ferreira

- Ação..... 5/173
- Acidente do trabalho 1/17
- Acordo 2/59, 5/175
- Adicional de insalubridade 4/131
- Arquivamento da reclamatória 1/18
- Contrato de gestão..... 6/228
- Contribuição sindical 1/20
- Dano moral..... 4/137
- Depósito recursal..... 2/63
- Depósito recursal e custas processuais..... 3/94
- Execução 6/231
- Ferroban..... 5/185
- Honorários advocatícios 6/232
- Horas extras..... 2/66
- Juros de mora 2/66
- Multa administrativa 4/145, 5/188
- Precatório..... 1/26
- Prêmio incentivo 6/235
- Prescrição 3/100
- Redução do intervalo intrajornada 4/148
- Verba previdenciária..... 3/103

COELHO, Helena Rosa Mônaco da Silva Lins

- Agravo de petição 4/132
- Aplicabilidade 4/132
- Dano Moral 5/182
- Embargos de terceiro 4/139
- Reajuste salarial..... 4/148
- Responsabilidade subsidiária..... 5/192
- Revelia 5/193
- Salário 5/193

COOPER, Fabio Allegretti

- Adicional de transferência.....	6/224
- Aposentadoria.....	6/226
- Cargo público.....	6/227
- Competência material.....	5/179
- Contribuição previdenciária.....	4/136
- Contribuições previdenciárias.....	1/20
- Dano moral.....	4/137
- Estabilidade acidentária.....	4,140, 5/184
- Grupo econômico.....	5/186
- Multa.....	4/146
- Prescrição.....	5/190
- Provitamento.....	6/236

COOPER, Flavio Allegretti de Campos

- Contrato de Safra.....	5/180
- Execução.....	2/65, 4/140
- Execução provisória.....	5/184
- Indenização por danos.....	4/143
- Multa.....	5/189
- Processo arquivado. não pagamento das custas. arts.28 e 268 do CPC inaplicáveis (Íntegra de acórdão).....	3/85
- Súmula vinculante n. 4 do E. STF. Utilização do salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade. Impossibilidade (Íntegra de acórdão).....	4/123

COSTA, Jorge Luiz

- A decadência administrativa no contrato de trabalho (Artigo).....	5/165
- Acidente de trabalho.....	5/174, 6/223
- Agravo interno.....	5/177
- Alteração contratual.....	6/225
- Contrato de trabalho.....	2/62
- Dano Moral.....	5/182
- Execução.....	3/96
- Multa administrativa.....	1/25

CRESPO, Vera Teresa Martins

- Ação direta de inconstitucionalidade.....	1/15
- Ação rescisória.....	1/15
- Empregada pública.....	6/231
- Empregado público.....	2/64
- Horas de percurso.....	2/65
- Mandato.....	2/66
- Petrobras.....	5/190
- Sexta-parte.....	4/149

CRUZ NETO, Eurico

- Dispensa.....	5/183
-----------------	-------

CUNHA, Andrea Guelfi

- Desconto rescisório.....	4/138
----------------------------	-------

DIAMANTINO, Adriene Sidnei de Moura David

- Responsabilidade civil.....	5/192
-------------------------------	-------

DIAS, Carlos Eduardo Oliveira

- Processo comum e processo do trabalho: em defesa de uma interpretação integrativa (Artigo).....	3/79
---------------------------------------------------------------------------------------------------	------

FERREIRA, José Otávio de Souza

- Servidor público.....	2/68
-------------------------	------

GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta

- Ação de cobrança.....	4/131
- Atos de constrição.....	2/60
- Concurso público.....	4/135
- Contrato.....	4/135
- Cortador de cana.....	2/63
- Dano moral.....	1/20
- <i>Dies a quo</i> para a incidência da taxa SELIC e multa: uma leitura constitucional (Artigo).....	4/115
- Efeito suspensivo. Recurso interposto em face de sentença normativa (Íntegra de acórdão).....	5/171
- Edital de leilão.....	4/139
- Férias.....	6/232
- Jurisdição.....	2/66
- Lactação de imóvel.....	2/66
- Participação nos lucros.....	1/25
- Penhora. (Íntegra de acórdão).....	1/13
- Reconvenção.....	6/237
- Rescisão.....	6/238
- Sentença.....	1/29
- Sindicato.....	6/239

GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto

- Alguns argumentos em prol da ideia de que o trabalhador rural que recebe por produção faz jus ao recebimento da própria hora + adicional, se trabalhar em regime extraordinário (Artigo).....	6/207
- Aposentadoria.....	1/18
- Concurso público.....	2/61
- Contrato.....	4/135
- Contribuição previdenciária.....	6/228
- Dano Moral.....	5/182
- Desvio de função.....	1/21
- Execução.....	4/140
- Férias.....	2/65
- Horas extras.....	5/187
- Interpretação.....	1/23
- Intervalo.....	4/143
- Multa.....	1/25
- Norma coletiva.....	6/234
- Prescrição.....	5/191
- Prova.....	6/236
- Recurso.....	3/101
- Relação de emprego.....	5/191

- Rescisão.....	6/238
- Responsabilidade subsidiária.....	4/148

GIURNO, Edison

- Estabilidade acidentária.....	3/96
---------------------------------	------

GOMIERI, Olga Aida Joaquim

- Abandono de emprego.....	5/173
- Ação rescisória.....	3/89, 4/131
- Ação trabalhista. Reparação pelos frutos percebidos na posse de má-fé. Inaplicabilidade (Íntegra de acórdão).....	5/167
- Agravo de instrumento.....	6/225
- Alçada.....	1/17
- Cédula rural hipotecária.....	3/91
- Comissão de conciliação prévia.....	6/227
- Complementação de aposentadoria.....	1/19
- Convênio.....	5/181
- Dano moral.....	4/136, 4/137
- Danos morais.....	6/229
- Danos morais e materiais. Indenização. Gastos. Advogado (Íntegra de acórdão).....	5/167
- Estabilidade provisória.....	1/22, 5/184
- FGTS.....	3/101
- Fraude contra credores.....	4/141
- Ônus da prova.....	4/146
- Prescrição das multas.....	2/67
- Prescrição nuclear. Complementação de pensão. Transposição de cargos da FEPASA para a companhia paulista de trens metropolitanos (Íntegra de acórdão).....	2/49
- Prescrição nuclear. Complementação de pensão. Transposição de cargos da FEPASA para a companhia paulista de trens metropolitanos. Incidência da Súmula n. 326 do C. TST (Íntegra de acórdão).....	2/49
- Prescrição nuclear. Complementação de pensão. Transposição de cargos da FEPASA para a companhia paulista de trens metropolitanos. Incidência das súmulas ns. 326, 275, inciso II, e 294, do C. TST (Íntegra de acórdão).....	2/49
- Programa de auxílio-desemprego.....	3/100
- Reconhecimento.....	6/236
- Recurso.....	3/101
- Recurso ordinário.....	1/27
- Rescisão indireta.....	2/68
- Responsabilidade subsidiária.....	2/68, 5/192
- Vínculo de emprego.....	2/70

GRASSELLI, Fábio

- Ação civil pública.....	6/223
- Acidente de trabalho.....	1/16, 5/174
- Doença Profissional.....	5/183
- Julgamento.....	5/187
- Princípio.....	5/191
- Princípio da fungibilidade recursal.....	4/147

GULLA, Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira

- Espólio.....	6/231
- Habeas corpus.....	2/65
- Recurso ordinário.....	6/237
- Regularidade da representação.....	6/237, 6/237

KHAYAT Mariane

- Acordo judicial.....	5/174
- Encerramento da falência.....	5/183
- Indenização.....	6/232
- Jornada.....	4/144
- Mandado de segurança.....	5/188, 6/234
- Multa.....	4/146
- Pré-contrato.....	3/100
- Substituição processual.....	5/194

LARAIÁ, Ricardo Regis

- Ação anulatória.....	1/15
- Alteração unilateral.....	2/60
- Embargos à execução.....	4/139
- Professor.....	4/148

LAZARIM, Luiz Antonio

- Acidente de trabalho.....	1/16
- Administração pública.....	3/89
- Agravo regimental.....	5/177
- Autarquia municipal.....	3/91
- Auxílio-alimentação.....	1/18
- Complementação de aposentadoria.....	2/61, 3/92, 4/134
- Contrato.....	4/135
- Danos morais.....	1/20
- Danos morais e materiais.....	4/138
- Direito de ação.....	2/63
- Embargos à execução.....	5/183
- Embargos de declaração.....	6/230
- Execução.....	3/96
- Honorários advocatícios.....	1/16
- Intervalo intrajornada.....	6/233
- Mandado de segurança.....	5/188, 5/188, 6/234, 6/234
- Recurso.....	1/16
- Servidor público.....	2/68
- Suplementação de aposentadoria.....	2/68
- Terceirização ilícita.....	2/69
- Vale-transporte.....	4/150

LEITE, Maria Cecília Fernandes Álvares

- Assédio moral.....	6/227
- Ausência.....	5/178
- Cargo em comissão.....	5/178
- Competência.....	4/134
- Contribuição previdenciária.....	6/229
- Direitos individuais.....	4/138

- Estabilidade provisória.....	4/148
- Estabilidade temporária.....	6/231
- Indenização.....	5/187, 6/233
- Intervalo intrajornada.....	4/138
- Prescrição.....	4/147
- Prova pericial.....	4/148
- Vale-alimentação.....	5/196

LIMA, Samuel Hugo

- Acidente do trabalho.....	2/58
- Agravo de petição.....	5/176
- Arbitragem.....	5/177
- Comissão de conciliação prévia.....	2/61
- <i>Habeas corpus</i>	4/142
- Incidente de uniformização.....	3/98
- Laudo arbitral trabalhista.....	4/145
- Mandado de segurança.....	4/145, 4/145, 5/188, 6/234
- Reclamação trabalhista.....	3/101
- Recurso administrativo.....	5/191
- Servidor público.....	3/102
- Testemunha.....	3/103

LIZI, Regiane Cecília

- Concurso público.....	4/134
- Depósito prévio.....	5/183
- Reexame necessário.....	4/148

LOBO, Luiz Felipe Paim da Luz Bruno

- Assédio moral.....	3/91
- Assédio moral (Íntegra de acórdão).....	2/52
- Astreintes.....	1/18
- Ex-empregado (Íntegra de acórdão).....	4/127
- Litigante de má-fé.....	4/145
- Prestação jurisdicional.....	4/147
- Revista íntima.....	1/28

LOCKMANN, Ana Paula Pellegrina

- Acidente de trabalho.....	2/58
- Agravo de instrumento.....	6/225
- Agravo de petição.....	2/59
- Competência da justiça do trabalho.....	6/228
- Contrato de trabalho.....	5/180
- Contribuição previdenciária.....	2/62
- Dano moral e estético.....	2/58
- Danos morais.....	2/58
- Depósito judicial.....	4/138
- Execução.....	5/185
- Intervalo intrajornada.....	1/24
- Legitimidade.....	1/24
- Órgão público.....	5/189
- Prescrição.....	6/235
- Prescrição nuclear.....	5/190
- Substituição processual.....	6/239
- Sucessão de empresas.....	1/29

LOPES, Edmundo Fraga

- Ação rescisória.....	2/58, 2/58
- Contrato de trabalho.....	5/180

LOPES JÚNIOR., Oséas Pereira

- Empregado doméstico. Trabalhador admitido por pessoa idosa já falecida. Responsabilidade solidária dos membros da família reconhecida (Íntegra de sentença).....	6/219
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

MACHADO, João Alberto Alves

- Execução.....	3/96
- Honorários advocatícios.....	3/98

MAIOR, Jorge Luiz Souto

- Acidente do trabalho.....	1/17
- Acordo na execução.....	2/59
- Desconsideração da personalidade jurídica.....	1/21
- Supersubordinação.....	5/194
- Trabalho.....	5/195

MARQUES, Claudinei Sapata

- Custas processuais.....	3/93
- Justiça gratuita.....	4/144
- Multa.....	4/146

MELO, Raimundo Simão de

- As ações de danos material e moral decorrentes de acidente do trabalho ajuizadas pelos herdeiros e dependentes da vítima são da competência da Justiça do Trabalho (Artigo).....	5/159
- Danos ao meio ambiente do trabalho e à saúde do trabalhador: responsabilidades e prescrição (Artigo).....	1/7

MONEGATTO, Regina Dirce Gago de Faria

- Alvará.....	5/177
- Anotação na CTPS.....	4/132
- Cargo em comissão.....	1/19
- Competência da justiça.....	3/92
- Dano.....	5/181
- Rescisão contratual.....	1/28
- Testemunha.....	6/239
- Trabalhador rural.....	6/240

MORAES, Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e

- Comissão de conciliação prévia.....	5/178
- Competência.....	4/134
- Complementação de aposentadoria.....	5/179, 6/228
- Consórcio público.....	1/19
- Contribuição assistencial.....	3/92
- Contribuição previdenciária.....	2/62
- Decisão monocrática.....	6/230
- Depósito.....	3/94
- Dispensa.....	4/138
- Equiparação salarial.....	5/184

- Finasa.....	4/141
- Frutos percebidos.....	4/141
- Grupo econômico.....	3/97
- Habeas corpus.....	4/142
- Horas extras.....	2/65, 5/187
- Indenização por dano moral.....	1/23
- Mandado de segurança.....	6/234
- Penhora.....	1/26
- Petrobras.....	6/235
- Servidor público.....	1/29
- Vale-alimentação.....	3/103

NEVES, Elency Pereira

- Ação de cobrança advocatícios.....	1/15
- Ação de consignação.....	2/57
- Acidente de trabalho.....	5/174
- Agravo regimental.....	2/59, 6/225
- Aposentadoria.....	6/225
- Cerceamento de defesa.....	4/133
- Contrato.....	4/135, 4/135
- Contrato de trabalho.....	3/92
- Contribuição previdenciária.....	2/62, 3/93
- Contribuição sindical rural.....	3/93
- Dano Moral.....	5/182
- Execução.....	5/185
- Fiscalização.....	3/97
- Fundo de previdência complementar.....	1/23
- Homologação.....	2/65
- Horas extras.....	5/187
- Julgamento.....	1/24
- Multa.....	3/92
- Nulidade.....	1/25
- Prescrição.....	4/147
- Reconhecimento.....	6/237

NUNES, Luiz Roberto

- Arquiteto.....	2/60
- Descanso Semanal.....	5/183
- Norma coletiva.....	6/235
- Processo de execução.....	4/147
- Rescisão.....	6/238, 6/238
- Salários.....	3/102, 4/149

PANCOTTI, José Antonio

- Ação cautelar.....	6/223, 6/223
- Ação civil pública.....	2/57
- Ação civil pública. Ministério público. Alegação de nulidade processual, ante a não intervenção do <i>parquet</i> após a prolação da sentença (Íntegra de acórdão).....	1/11
- Adicional de insalubridade.....	1/17, 3/89
- Agente comunitário de saúde.....	3/89
- Bordadeiras.....	4/133
- Coisa julgada.....	2/60
- Contestação.....	2/62

- Contrato de trabalho.....	3/92
- Crise econômica.....	4/136
- Danos materiais.....	4/137
- Empregado doméstico.....	3/95
- Estabilidade sindical.....	1/22
- Execução.....	6/231
- Fazenda pública.....	4/140
- Horas extras.....	1/25
- Pagamento.....	2/67
- Pagamento de salários.....	1/25
- Relativização.....	5/191
- Representação.....	3/102
- Representação comercial.....	5/192
- Responsabilidade civil.....	5/192
- Responsabilidade subsidiária.....	6/239
- Sindicato.....	1/29
- Trabalhadores da EBCT.....	2/57
- Trabalhadores da EBCT. Banco do povo. Enquadramento. Jornada do bancário. Impossibilidade (Íntegra de acórdão).....	1/11
- Vínculo de emprego.....	5/196

PELEGRINI, Edison dos Santos

- Ação.....	5/173
- Comissão de conciliação prévia.....	5/178
- Sabesp.....	5/193

PILEGIS, Olga Regiane

- Ação.....	5/173
- Acordo judicial.....	5/175
- Campanha motivacional de vendas.....	4/133
- Cláusula convencional.....	4/142
- Comissão de conciliação prévia.....	4/134
- Ferrobán e Ferronorte.....	4/141
- Horas extraordinárias.....	4/142
- Pessoa portadora de deficiência física.....	5/190
- Sindicato.....	5/193

PISTORI, Gerson Lacerda

- Aposentadoria.....	3/90
- Bem de família.....	6/227
- Cerceamento de defesa.....	5/178
- Contrato de safra.....	6/228
- Diferenças salariais.....	1/21
- EBCT.....	1/22
- Honorários advocatícios.....	1/23
- Horas extras.....	2/65
- Intervalos intrajornadas.....	3/99
- Juros.....	6/233
- Juros de mora.....	4/144
- Justiça do trabalho.....	1/24, 5/187
- Reparação.....	6/238
- Ronda.....	5/193
- Transação.....	5/195
- União Federal.....	3/103

PITAS, José

- Ação rescisória.....	1/16
- Adicional de insalubridade.....	5/176, 6/224
- Aplicação no processo do trabalho.....	1/17
- Base de cálculo.....	3/91
- Cargo em comissão.....	5/178
- Cisão de empresas.....	6/227
- Citação.....	1/19
- Cláusula penal.....	2/60
- Contrato.....	4/135
- Danos Morais.....	5/182
- Desvio de função.....	6/230
- Execução.....	3/96
- Férias.....	5/185
- Grupo de empresa.....	4/142
- Horas extras.....	3/98, 3/98
- Jornada de trabalho.....	1/24
- Penhora.....	4/146
- Regime.....	2/67
- Responsabilidade.....	6/239
- Substituição processual.....	2/68
- Terceirização fraudulenta.....	2/69
- Trabalhador.....	4/149

PLATO, Ricardo Antonio de

- Cestas-básicas. Previsão em norma coletiva. Substituição por <i>fast food</i> . Impossibilidade. Indenização das cestas-básicas devida (Íntegra de acórdão).....	6/215
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------

PÓRTO, Marcos da Silva

- Dissídio coletivo.....	6/230
- Trabalhador Rural.....	5/195

RAMOS, Nildemar da Silva

- Acordo coletivo de trabalho.....	6/223
- Funcamp.....	4/141
- Jornada.....	4/144
- Prêmio-assiduidade.....	4/144
- Substituição processual.....	4/149
- Sucessão trabalhista.....	4/149
- Terceirização.....	5/194

ROMANINI, Edna Pedroso

- Horas <i>in itinere</i>	6/232
- Recurso ordinário.....	6/237

ROTONDARO, Nora Magnólia Costa

- Pré-contratação.....	6/235
- Representante.....	6/238

RUFINO, Marcelo Magalhães

- Diferenças de horas extras.....	3/94
- Distinção.....	1/21

SALOMÃO, Paulo de Tarso

- Cerceamento de defesa.....	4/134
- Compromisso particular.....	5/179
- Funcamp.....	4/141
- Fundação.....	5/186
- Município.....	1/25
- Professor universitário.....	3/100
- Servidor público.....	3/102
- Sexta-parte.....	4/149
- Sindicato.....	5/194

SANTOS, Lorival Ferreira dos

- Ação civil pública.....	1/15, 2/57
- Ação declaratória.....	1/15
- Adicional de periculosidade.....	6/224
- Agravo de petição.....	2/59, 5/176, 5/176
- Auditor fiscal.....	4/133
- Concessionárias.....	2/61
- Contribuição previdenciária.....	6/229
- Dano moral.....	4/137
- Denúnciação à lide.....	5/183, 6/230
- Dissídio coletivo.....	3/95
- Dono da obra.....	4/138
- Eleições sindicais.....	1/22
- Extinção.....	3/97
- Honorários advocatícios.....	5/186
- Intervalo.....	6/233
- Licença-prêmio.....	2/66
- Revelia.....	1/28
- Troca de mensagens.....	4/149

SILVA FILHO, Laurival Ribeiro da

- Dano Moral.....	5/182
- Embargos de declaração.....	6/230
- Indenização acidentária.....	6/232

SILVA, João Batista da

- Ação rescisória.....	1/16
- Equiparação salarial.....	2/64
- Julgamento.....	2/67
- Notificação postal.....	2/67
- Verbas rescisórias.....	2/69

SILVA, Luciane Storel da

- Ação de cobrança.....	4/131
- Ação de nulidade.....	1/15
- Acidente de trabalho.....	2/58
- Administração pública.....	2/59
- Contrato.....	5/179
- Danos morais.....	1/20
- Enquadramento.....	4/139
- Estabilidade sindical.....	2/64
- Execução.....	1/23
- Fiscalização.....	2/65

- Incidência previdenciária	4/143
- Incompetência material	5/187
- Indenização por danos	4/143
- Necessidade de participação	5/189
- Responsabilidade civil	1/28
- Vínculo de emprego	5/196

SILVA, Luís Carlos Cândido Martins Sotero da

- Acordo coletivo	5/174
- Acordo irregular	2/59
- Agravo de instrumento	3/90
- Agravo de petição	4/132
- Assédio moral	1/18, 2/60
- Contribuição previdenciária	5/181
- Contribuição sindical patronal	2/62
- Dano moral	1/20
- Horas	4/142
- Horas extras	4/143
- Imposto de renda	1/23
- Inconstitucionalidade	4/143
- Indenização	3/99
- Litigância de má-fé	1/24
- Penhora	5/189
- Prescrição	3/100, 4/147
- Recurso ordinário	3/101
- Turnos ininterruptos de revezamento	2/69

SILVA, Luiz José Dezena da

- Ação de indenização	3/89
- Ação de rescisão de	2/58
- Agravo de petição	3/90, 6/225
- Comissão de conciliação prévia	1/19
- Descanso intrajornada	1/20
- Direito do trabalho. Horas extras. Trabalho externo. Possibilidade de controle da jornada. Omissão do empregador. Não incidência da exceção inserta no inciso I do artigo 62 da CLT (Íntegra de acórdão)	3/86
- Dirigente sindical	2/63
- Dissídios individuais	2/63
- Embargos declaratórios	4/139
- Empresa pública	3/96
- Horas extras	3/98
- Processo do trabalho	1/27
- Terceirização de atividade-fim	2/68

SOUZA, José Pedro de Camargo Rodrigues de

- Ação de cumprimento	2/57
- Acordo	4/131
- Acúmulo de funções	4/131, 6/224
- Agravo de petição	1/17
- Aquisição de bem penhorado	1/18
- Comissionista	5/178
- Complementação de pensão	6/228

- Contribuição sindical	2/63
- Correção monetária	3/93
- Decisão agravada	2/63
- Empregador	2/64
- Execução fiscal	5/184
- Honorários advocatícios	4/142
- Imposto de renda	6/232
- Massa falida	3/99
- Penhora	1/26, 4/146
- Perícia	5/189
- Prescrição intercorrente	5/190
- Recurso ordinário	1/27, 3/99
- Responsabilidade solidária	3/102
- Tempo à disposição	6/239

SOUZA, Rita de Cássia Penkal Bernardino de

- Conversão	5/181
-------------------	-------

TARGA, Maria Inês Correa de Cerqueira César

- Adequação do valor da multa	5/176
- Competência	4/134
- Complementação de aposentadoria	1/19
- Contribuição Sindical	5/181
- Turno ininterrupto de revezamento	6/240
- Vínculo de emprego	5/196

TOLEDO FILHO, Manoel Carlos

- Bem de família	4/133
- Contrato de trabalho	3/92
- O direito laboral estrangeiro e o juiz do trabalho brasileiro (Artigo)	2/39

VASCONCELLOS, Ana Maria de

- Acordo	5/175
- Agravo de petição	3/90, 6/225
- Embargos declaratórios protelatórios	1/22, 2/64
- Horas extras	6/232
- Litigância de má-fé	4/145, 6/233
- Mera repetição	2/66
- Multa	4/146
- Recurso ordinário x recurso adesivo	1/27
- Recurso protelatório	3/101, 3/102
- Responsabilidade	6/239

VIDOTTI, Tércio José

- Acordo	5/175
- Prazo recursal	5/190

VIEIRA, Thelma Helena Monteiro de Toledo

- Contrato por prazo determinado	5/180
- Ferroban	3/97
- Obrigação de fazer	5/189
- Terceirização	5/195

ZANARDI, Valdevir Roberto

- Contribuição sindical rural	5/181
- Contribuições previdenciárias.....	3/93
- Direitos trabalhistas	3/95
- Embargos à execução.....	3/95
- Execução	3/97

- Relação de emprego	1/27
- Representação sindical	1/28

ZANELLA, Eduardo Benedito de Oliveira

- Adicional de insalubridade.....	2/59
-----------------------------------	------

Doutrina

- A decadência administrativa no contrato de trabalho**
 COSTA, Jorge Luiz.....5/165
- Alguns argumentos em prol da ideia de que o trabalhador rural que recebe por produção faz jus ao recebimento da própria hora + adicional, se trabalhar em regime extraordinário**
 GIORDANI, Francisco Alberto da Motta Peixoto...6/207
- As ações de danos material e moral decorrentes de acidente do trabalho ajuizadas pelos herdeiros e dependentes da vítima são da competência da Justiça do Trabalho**
 MELO, Raimundo Simão de.....5/159
- Danos ao meio ambiente do trabalho e à saúde do trabalhador: responsabilidades e prescrição**
 MELO, Raimundo Simão de.....1/7
- Dies a quo* para a incidência da taxa SELIC e multa: uma leitura constitucional**
 GEMIGNANI, Tereza Aparecida Asta.....4/115
- O direito laboral estrangeiro e o juiz do trabalho brasileiro**
 TOLEDO FILHO, Manoel Carlos.....2/39
- Processo comum e processo do trabalho: em defesa de uma interpretação integrativa**
 DIAS, Carlos Eduardo Oliveira.....3/79

Íntegras

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE PROCESSUAL, ANTE A NÃO INTERVENÇÃO DO PARQUET APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA.- A intervenção do *Parquet* é obrigatória nos casos que se circunscrevem dentro do espectro dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos, excluída aquelas puramente patrimoniais e disponíveis. Atuando o Ministério Público do Trabalho como fiscal da Lei, não se olvida que a Ilustre Procuradoria do Trabalho teve ciência inequívoca da prolação da sentença, oportunidade que, se achasse necessária a interposição de recurso, teria assim agido, de modo que seu prazo recursal seria preservado. Contudo, apresentou seu parecer, questionando a nulidade processual por falta de sua “intimação” para atuar como fiscal da lei e, no mérito, argumentou a procedência parcial da ação, razão pela qual entendo que não houve nenhum prejuízo. Preliminar suscitada pelo Ministério Público rejeitada. Rel. Des. José Antonio Pancotti.....1/11

AÇÃO TRABALHISTA. REPARAÇÃO PELOS FRUTOS PERCEBIDOS NA POSSE DE MÁ-FÉ. INAPLICABILIDADE.- A obreira insiste na aplicação do art. 1.216 do CC, sob o argumento de que, deixando de pagar verbas salariais devidas, o Banco recorrido encontra-se irregularmente na posse destas, tirando proveito de sua torpeza ao fazer empréstimos a terceiros com o dinheiro que já não lhe pertence, e angariando frutos financeiros. Todavia, além de inexistir verbas salariais a serem pagas, o preceito legal em epígrafe alude aos efeitos da posse, matéria pertinente ao Direito das Coisas, sendo, portanto, totalmente inaplicável ao caso em testilha. Ressalte-se, ademais, que o Diploma Consolidado permite a aplicação de institutos de direito comum, mas apenas de forma subsidiária e desde que não haja incompatibilidade com os preceitos celetistas. E, ainda que se admitisse a aplicabilidade do dispositivo legal em questão, a verdade é que não restou comprovada a posse de má-fé do empregador, o que impediria, de qualquer forma, o acolhimento da pretensão. Rel. Des. Olga Aida Joaquim Gomieri.....5/167

ASSÉDIO MORAL.- A exposição sistemática do trabalhador a situações humilhantes e constrangedoras, de modo repetido e prolongado, no e em decorrência do exercício de suas funções ao longo da jornada, servindo-se o sujeito agressor de seu poder hierárquico, caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho mediante perversas relações autoritárias, desumanas e

antiéticas com predominância de desmandos, manipulação do medo e programas de qualidade total associados apenas à necessidade produtiva, não raro combinados com processos de reestruturação e reorganização do trabalho (fase vertical) e na manifestação pessoal com aplicação de estratégias do agente agressor tais como: como escolher a vítima e isolá-la, impedir que se expresse, não explicar os porquês, fragilizar, ridicularizar, inferiorizar, menosprezar e culpabilizar frente aos pares ou publicamente através de comentários (fase horizontal). Na realidade é um contexto novo, decorrente da globalização que ainda não mostrou sua fase humana (se é que a tem) que permite inferir como sendo esta a década do mal-estar; na qual, de um lado exige-se qualificação, competência, eficiência, competitividade, criatividade, responsabilidade, redução de custos, super jornadas e etc., “a qualquer preço”, e, de outro, manifesta-se na figura concreta do desemprego. Tal assédio, provado nos autos, implica em dano moral e, ao abrigo da Constituição Cidadã, indenizável, tanto para reparação do dano quanto para efeito pedagógico que induza o infrator a um processo de reflexão quanto à sua política de recursos humanos. RO ao qual se dá provimento para deferir indenização por danos morais provocados, pelo configurado assédio, no importe de R\$ 50.000,00. Rel. Juiz Subst. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo.....2/52

CESTAS-BÁSICAS. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. SUBSTITUIÇÃO POR “FAST FOOD”. IMPOSSIBILIDADE. INDENIZAÇÃO DAS CESTAS-BÁSICAS DEVIDA. Rel. Juiz Subst. Ricardo Antonio de Plato.....6/215

DANO MORAL. ABORTO ESPONTÂNEO. RETARDO DO EMPREGADOR NA PRESTAÇÃO DE SOCORRO À EMPREGADA. CULPA RECONHECIDA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. Juiz do Trabalho José Carlos Abile.....2/54

DANOS MORAIS E MATERIAIS. INDENIZAÇÃO. GASTOS. ADVOGADO.- O descumprimento, pelo empregador, de obrigações trabalhistas, não permite sua condenação por danos morais e materiais advindos dessa suposta necessidade do reclamante de contratar um causídico. Não há ato ilícito que acolha a pretensão à indenização, pois as verbas pleiteadas em reclamação, via de regra, são controvertidas e só se tornam devidas - quando

se tornam - após o trânsito em julgado da sentença, o que torna absurdo o reconhecimento de prática de ato ilícito diante de qualquer pretensão resistida questionada judicialmente. Rel. Des. Olga Aida Joaquim Gomieri.....5/167

DIREITO DO TRABALHO. HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. POSSIBILIDADE DE CONTROLE DA JORNADA. OMISSÃO DO EMPREGADOR. NÃO INCIDÊNCIA DA EXCEÇÃO INSERTA NO INCISO I DO ARTIGO 62 DA CLT.- A regra excepcional inscrita no art. 62, inciso I, da CLT, não tem aplicação naqueles casos em que o empregador se omite em exercer o direito de controlar a jornada, com o deliberado intuito de não pagar as horas extras devidas ao empregado. A impossibilidade de mensuração da jornada não se consuma nas hipóteses em que o início e término da prestação dos serviços se dá sob as vistas do empregador. Recurso ordinário não provido. Rel. Juiz Subst. Luiz José Dezena da Silva.....3/86

EFEITO SUSPENSIVO. RECURSO INTERPOSTO EM FACE DE SENTENÇA NORMATIVA.- O efeito suspensivo atribuído ao recurso interposto em face de sentença normativa não está restrito ao prazo de 120 dias, face à revogação do art. 9º da Lei n. 7.701/1988 pelo art. 14 da Lei n. 10.192/2001. Também não impede o prosseguimento da ação individual, com observância do preceituado no art. 899 da CLT. Rel. Des. Tereza Aparecida Asta Gemignani.....5/171

EMBARGOS À EXECUÇÃO. RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA. DIFERENÇAS DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. TÍTULO JUDICIAL EM CONTRARIEDADE À SÚMULA VINCULANTE Nº 4. EMBARGOS PROCEDENTES. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO RECONHECIDA. Juiz do Trabalho Alexandre Vieira dos Anjos.....3/86

EMPREGADO DOMÉSTICO. TRABALHADOR ADMITIDO POR PESSOA IDOSA JÁ FALECIDA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS MEMBROS DA FAMÍLIA RECONHECIDA. Juiz do Trabalho Oséas Pereira Lopes Jr.....6/219

EX-EMPREGADO.- Ex-empregado da CESP - Companhia Energética de São Paulo, aposentado, admitido antes da vigência da Lei Estadual n. 200/1974, tem direito aos benefícios da complementação de aposentadoria integral instituídos pelas revogadas Leis Estaduais ns. 1.386/1951 e 4.819/1958, pois na esteira da Súmula n. 288, do C. TST, a complementação dos proventos de aposentadoria é regida pelas normas em vigor na data da contratação. Dita Lei Estadual n. 200/1974, ao revogar as Leis Estaduais ns. 1.386/1951 e 4.819/1958, assegurou os benefícios por estas últimas instituídos aos empregados até então admitidos. ROs aos quais se nega provimento para

manter o bem decidido na origem. Rel. Juiz Subst. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo.....4/127

INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. PROFESSOR MUNICIPAL. CONVOCAÇÃO PARA TRABALHAR EM DESFILE CÍVICO, EM DOMINGO E TAMBÉM FERIADO MUNICIPAL. RECUSA. FALTA GRAVE INOCORRENTE. INQUÉRITO IMPROCEDENTE. Juiz do Trabalho José Carlos Abile.....6/216

PENHORA.- A penhora sobre um percentual razoável dos proventos de aposentadoria, previdência privada e poupança está respaldada no princípio da legalidade e da utilidade da jurisdição, quando se trata de saldar débito trabalhista de natureza alimentar. Rel. Des. Desig. Tereza Aparecida Asta Gemignani.....1/13

PRESCRIÇÃO NUCLEAR. COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO. TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS DA FEPASA PARA A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 326 DO C. TST.- Ingressou a reclamante em juízo para pleitear a condenação solidária das reclamadas ao pagamento de complementação de pensão e outras obrigações acessórias decorrentes da adoção de salários atuais de funcionários da ativa, com fulcro em cargo equivalente àquele ocupado por seu falecido genitor, à época de sua aposentadoria, consoante tabela de transposição de cargos da FEPASA para a CPTM. Todavia, a integração de valor pleiteada refere-se a um cargo que jamais foi utilizado para a composição da base de cálculo da complementação da aposentadoria ou da pensão. Desta feita, impõe-se o decreto da prescrição total (bienal) do direito de ação, em consonância com o entendimento preconizado pela Súmula n. 326 do C. TST. Rel. Des. Olga Aida Joaquim Gomieri.....2/49

PRESCRIÇÃO NUCLEAR. COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO. TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS DA FEPASA PARA A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS.- O pedido obreiro fundamenta-se na adoção de nova base de cálculo para o pagamento da complementação de pensão, em decorrência de Plano de Cargos e Salários instituído em 08.07.1996, data esta que deve ser considerada para a aferição da ocorrência ou não da prescrição, justamente porque o suposto equívoco, que teria gerado a redução do valor da base de cálculo da indigitada verba, ocorreu com a implementação do PCS, devendo, portanto, o prazo prescricional ser contado a partir da data em que violado o direito. Rel. Des. Olga Aida Joaquim Gomieri.....2/49

PRESCRIÇÃO NUCLEAR. COMPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO. TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS DA FEPASA PARA A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS. INCIDÊNCIA DAS

SÚMULAS NS. 326, 275, INCISO II, E 294, DO C. TST.- Considerando-se que o contrato de trabalho do falecido genitor da reclamante (que era empregado da extinta Estrada de Ferro Sorocabana, que originou a FEPASA) já se encontrava extinto quando do ajuizamento da presente ação, indubitável que a contagem da prescrição bienal deve se dar a partir da prática do ato único do empregador, que foi, inequivocadamente, a implementação do Plano de Cargos e Salários instituído em 08.07.1996, que redundou no incorreto enquadramento do trabalhador e fez incidir, na hipótese, não somente o quanto preconizado pela já citada Súmula n. 326 do C. TST, mas também as disposições insertas nas Súmulas de ns. 275, inciso II, e 294 do C. TST. Rel. Des. Olga Aida Joaquim Gomieri.....2/49

PROCESSO ARQUIVADO. NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS. ARTS.28 E 268 DO CPC INAPLICÁVEIS.- Não se extingue o processo sem resolução do mérito quando o reclamante não paga as custas de feito anteriormente arquivado. A norma específica laboral estabelece como única condição, não o trancamento da ação como no processo civil, mas a mera execução no outro feito, nos termos do art.790, § 2º, da CLT. Rel. Des. Flavio Allegretti de Campos Cooper.....3/85

SÚMULA VINCULANTE N. 4 DO E. STF. UTILIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO COMO BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. IMPOSSIBILIDADE.- A E. Corte, em julgamento de Agravo Regimental no Agravo de Instrumento n. 357.477-5, que teve como relator o Min. Sepúlveda Pertence, analisando a questão da constitucionalidade do piso salarial estabelecido pela Lei n. 4.950/1966, reafirmou “a incidência, no caso, da jurisprudência do Tribunal que proíbe a vinculação do salário profissional a múltiplos de salário mínimo”. Nesse sentido, a E. Corte também já havia salientado que a garantia de valorização dos

trabalhadores, estabelecida no art. 7º, V, da CF, é preceito dirigido “ao legislador, dentro da política salarial promovida pelo Poder Público, não cabendo ao Judiciário, que não tem tal função, a integração de eventual lacuna legislativa” (AGRG no RE 270.888-7 – Rel. Min. Maurício Corrêa). Por este motivo, é errôneo o entendimento que citada súmula impediria os juízes e tribunais trabalhistas de estabelecer outra base de cálculo para o adicional de insalubridade, que não sofre do impedimento citado para o estabelecimento de piso salarial. Ressalta-se, finalmente, que a questão da utilização do salário mínimo como parâmetro do adicional de insalubridade, enquanto não superada a inconstitucionalidade por lei ou disposição normativa, não faz parte da redação final da Súmula Vinculante n. 4 e seu acolhimento se deu apenas em sede de liminar pela presidência daquela E. Corte, retirando-lhe o caráter vinculante, até que nova redação, albergando tal posicionamento, seja passada pelo crivo do seu pleno. Recurso a que se nega provimento. Rel. Des. Flavio Nunes Campos.....4/123

TRABALHADORES DA EBCT. BANCO DO POVO. ENQUADRAMENTO. JORNADA DO BANCÁRIO. IMPOSSIBILIDADE.- Atuando a reclamada apenas como correspondente bancário, não se ativando em atividade principal ou secundária, na intermediação ou aplicação de recursos financeiros ou mesmo de terceiro, bem como a custódia de valores, não pode ser enquadrado como entidade financeira, nos termos da Lei n. 4.595/1964. Demais disso, não restou comprovado que, no exercício das funções, os trabalhadores da reclamada desempenhassem, em tempo integral e exclusivamente, atividades bancárias, ainda que mínimas, razão pela qual não se vislumbra o enquadramento dos trabalhadores da reclamada na jornada especial dos bancários, disciplinada pelo art. 224 da CLT. Recurso do sindicato autor a que se nega provimento. Rel. Des. José Antonio Pancotti.....1/11

Ementário de Jurisprudência

ABANDONO DE EMPREGO

- configuração. Requisitos..... 5/173

AÇÃO

- anulatória de multa administrativa. Falta de depósito prévio do valor da multa. Processamento 5/173
- anulatória. Impossibilidade jurídica do pedido. Substituição do ato da vara por decisão do Tribunal Regional1/15
- cautelar de exibição de documento. Terceiro estranho à relação de direito material. Ilegitimidade passiva. Peritência 6/223
- cautelar incorporação em folha e pagamento imediato de gratificação deferida. Imposição de astreintes. Obrigação de fazer. Efeito suspensivo ao recurso. Possibilidade de modificação da sentença nas instâncias recursais..... 6/223
- civil Pública envolvendo matéria de interesse dos trabalhadores de determinada categoria profissional. Competência..... 1/15
- civil Pública. Custas 6/223
- civil Pública. Legitimidade ativa do sindicato 2/57
- civil pública. Legitimidade do MPT. Petrobras. Ilegalidade do programa de restrição de atividades no trabalho. Dano moral coletivo. Recursos revertidos em medidas reparatórias e preventivas no âmbito do Regional5/173
- civil Pública. Ministério Público. Alegação de nulidade processual, ante a não intervenção do *parquet* após a prolação da sentença 2/57
- de cobrança de honorários advocatícios. Incompetência da Justiça do Trabalho 1/15
- de cobrança de honorários advocatícios. Incompetência da Justiça do Trabalho 4/131
- de cobrança de multa administrativa. Prescrição..... 4/131
- de Consignação. Aposentadoria por invalidez. Encerramento das atividades no local de trabalho 2/57
- de Cumprimento. Efeito suspensivo incidente sobre norma coletiva. Carência de ação. Recurso ordinário .. 2/57
- de indenização por danos morais e materiais. Atividade do empregador não se enquadra na hipótese do art. 927 parágrafo único do CC/2002. Ausente prova de dolo ou culpa patronal na eclosão da enfermidade, não exsurge o dever de indenizar. Aplicação do art. 7º inciso XXVIII da CF/1988 5/173
- de indenização. Por danos morais decorrentes de acidente de trabalho. Ajuizamento na Justiça Comum anterior à EC n. 45. Prescrição. Inaplicabilidade do art. 7º, XXIX, da CF/1988. Direito do Trabalho 3/89
- de nulidade. *Querela nullitatis*. Não cabimento. Direito Processual Civil..... 1/15
- de rescisão de contrato de representação comercial. Relação travada entre pessoas jurídicas. Hipótese não

- abarcada pelo inciso I do art. 114 da CF. Incompetência da justiça especializada. Processo do Trabalho2/58
- declaratória de nulidade de cláusula de convenção coletiva. Empregados. Ilegitimidade de parte ativa..... 1/15
- direta de inconstitucionalidade..... 1/15
- rescisória. Comparecimento à audiência de sócio sem poderes de representação pelo contrato social. Revelia decretada. Descabimento por ofensa a literal dispositivo de lei (art. 13 do CPC)..... 1/15
- rescisória. Documento novo caracterizado. Limite da demanda à questão nele tratada. Procedência em parte 1/16
- Rescisória. Dolo e colusão (art. 485, inciso III, CPC) ...2/58
- Rescisória. Dolo, colusão e falsidade de prova (art. 485, incisos III e VI, CPC)2/58
- rescisória. Extemporaneidade. Agravo regimental. Decisão que indeferiu a inicial, face à decadência verificada em virtude de protocolo feito intempestivamente. Desconformidade com as normas da Corregedoria .3/89
- rescisória. Homologação com reconhecimento de vínculo 1/16
- rescisória. Violação legal. Propositura de ação trabalhista contra a massa falida, sem citação do sócio, devedor solidário. Procedência4/131

ACIDENTE

- de trabalho no curso do contrato de safra. Ausência de garantia de emprego5/174
- de trabalho. Afastamento por tempo superior a 15 dias. FGTS devido 1/16
- de trabalho. Alegação de culpa exclusiva do empregado no infortúnio. Ausência de fornecimento de EPI. Obrigação do empregador. Inocorrência.....5/174
- de trabalho. Coletor de lixo. Atropelamento. Veículo em marcha a ré. Danos morais, materiais e estéticos. Culpa do empregador. Configuração 1/16
- de trabalho. Cumulação da indenização derivada da responsabilidade civil com os benefícios acidentários..2/58
- de trabalho. Doença ocupacional. Danos morais e materiais. Indenização. Análise conjunta do recurso do reclamante e da reclamada. Processo 1158-2005-7 1/16
- de trabalho. Doença ocupacional. DORT. Culpa do empregador.....5/174
- de trabalho. Responsabilidade subjetiva. Direito constitucional. Direito civil2/58
- de trabalho. Vaqueiro. Morte provocada por cavalo que o transportava. Animal arreado e inadequadamente domado. Culpa do empregador6/223
- do trabalho. Art. 118 da Lei n. 8.213/1991. Contrato por prazo determinado. Garantia de emprego. Devida .2/58
- do trabalho. Capacitação do empregado..... 1/17
- do trabalho. Prescrição. Prazo geral do Código Civil.... 1/17

ACORDO

- celebrado na Comissão de Conciliação Prévia. Validade 2/59
- coletivo de trabalho. Aplicabilidade. Teoria do Conglobamento 6/223
- coletivo. Fixação de condições de trabalho por intermédio de norma coletiva. Validade 5/174
- falta de anuência de todos os litigantes. Homologação. Impossibilidade 6/224
- fase recursal. Desistência tácita do recurso. Trânsito em julgado da decisão recorrida 5/175
- firmado perante Comissão de Conciliação Prévia. Indução a erro não comprovada. Recurso Ordinário . 4/131
- homologação. Responsabilização do co-devedor que não participou da avença. Expressa vedação legal 5/175
- irregular manifestação de vontade. Não homologação pelo juízo. Possibilidade 2/59
- judicial. Entabulado em ação cautelar em dissídio coletivo. Cláusula de quitação geral dos contratos de trabalho. Ineficácia sobre os contratos individuais 5/174
- judicial. Homologação com restrições. Impossibilidade quando não constatada ilegalidade ou vício de consentimento 5/175
- judicial. Pleito de horas extraordinárias e reflexos. Pagamento, no acordo, apenas dos acessórios reflexos, discriminados como verba de natureza indenizatória. Nulidade da discriminação. Tentativa de evasão fiscal 5/175
- na execução. Contribuição previdenciária 2/59
- na fase de execução. Verbas previdenciárias. Recolhimento proporcional 5/175
- não homologado. Ocorrência da figura da coação econômica 5/175

ACÚMULO

- de funções. Diferenças salariais deferidas. Recurso ordinário 6/224
- de funções. Motorista que auxiliava na carga e descarga. Ausência de expressa previsão legal ou normativa. Vedação ao trabalho escravo e ao enriquecimento ilícito. Recurso Ordinário 4/131

ADEQUAÇÃO DO VALOR

- da multa à parcela descumprida do acordo. Validade . 5/176

ADICIONAL

- de insalubridade 2/59
- de insalubridade. Agente umidade. Atividade desenvolvida em piscina 5/176
- de insalubridade. Base de cálculo. Salário mínimo 1/17, 3/90
- de insalubridade. Fuligem da queima de cana-de-açúcar 6/224
- de insalubridade. Não incorporação à complementação de aposentadoria 4/131
- de periculosidade. Área de risco. Recinto fechado destinado ao armazenamento de vasilhames que contenham inflamáveis líquidos. Caracterização apenas na área interna do recinto. Inteligência do anexo 2, item 3 "s" da NR 16 2/69

- de periculosidade. Risco à vida por violências. Inadmissibilidade 6/224
- de periculosidade. Sistema elétrico de consumo. Possibilidade 4/132
- de transferência. Recurso do reclamante 6/224

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- contratação pela CLT. Aplicabilidade da legislação federal. Direito Constitucional 2/59
- danos morais. Descumprimento do contrato de trabalho. Ociosidade. Não exigência da prestação dos serviços 3/89

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- convênio firmado entre Município e Sociedade Civil de Direito Privado. Responsabilidade subsidiária do ente público pelo passivo trabalhista. Pertinência 3/89

AGRAVO

- de instrumento denegação de processamento de agravo de petição. União: Falta de delimitação dos valores impugnados. Inocorrência: a hipótese é outra. Inteligência do art. 897, § 1º da CLT 6/225
- de instrumento. Empresa em recuperação judicial. Ausência do pagamento das despesas processuais. Benefícios da gratuidade da justiça. Não deferimento 6/225
- de instrumento. Recurso ordinário considerado extemporâneo. Interposição tempestiva dos embargos declaratórios. Art. 538 do CPC. Interrupção do prazo recursal. Provimento 3/90
- de petição em Embargos de Terceiro. Boa-fé do terceiro. Inclusão da sócia no polo passivo após a alienação. Insustentabilidade da penhora 2/59
- de petição. Acordo não homologado pelo juízo. Falta de ratificação pelo exequente. Pertinência 3/90
- de petição. Apreensão de bens do responsável subsidiário. Inexigência de que sejam penhorados, primeiramente, os bens dos sócios do devedor principal. Inexistência de benefício de ordem entre responsáveis subsidiários. Incidência entre eles das regras pertinentes à solidariedade. Processo do Trabalho 3/90
- de petição. Arrematação pelo credor-exequente. Possibilidade. Nulidade inexistente 5/176
- de petição. Cabimento. Despacho com conteúdo decisório 4/132
- de petição. Decisão meramente interlocutória na execução. Procrastinação. Requisição de pequeno valor 1/17
- de petição. Execução contra ex-sócio da executada que retirou-se há mais de dois anos. Responsabilidade patrimonial não reconhecida. Não provimento 4/132
- de petição. Fraude de execução. Inexistência. Bem alienado por sócios ainda não incluídos no polo passivo da execução. Proteção ao terceiro de boa-fé 6/225
- de petição. Liquidação de sentença trabalhista. Contribuição previdenciária. Fato gerador 5/176

- de petição. Não conhecido. Falta de apresentação de valores incontroversos atualizados 6/225
- de petição. Prosseguimento da execução em face do ex-sócio da executada. Responsabilidade nos limites dos arts. 1.003 e 1.032 do CC 2/59
- de petição. Recolhimento de custas. Execução. Inexigibilidade..... 5/176
- interno. Art. 557 do CPC. Aplicabilidade. Processo do Trabalho..... 5/177
- regimental do executado. Impossibilidade de revisão de cálculos. Ausência do apontamento das incorreções existentes nos cálculos e de discriminação do montante correto 1/24
- regimental em mandado de segurança rejeitado liminarmente. Mera repetição das razões do *writ*. Despropósito desta articulação corretiva. Litigância de má-fé. Atuação *ex officio* 6/225
- regimental em mandado de segurança. Julgamento do mérito do mandado. Perda de objeto..... 5/177
- regimental. Mera repetição das razões contidas em ação mandamental. Rejeição liminar do *writ*. Despropósito da articulação corretiva. Litigância de má-fé. Atuação *ex officio*..... 2/59

ALÇADA

- dissídio de. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA. Contribuição Sindical Rural patronal. Matéria não-constitucional. Exegese do art. 2º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 5.584/1970. Aplicação das Súmulas ns. 71 e 356 do c. TST 1/17

ALISTAMENTO NO SERVIÇO MILITAR

- estabilidade provisória legal ou convencional. Requisitos. Afastamento obrigatório do emprego. Dispensa da incorporação. Improcedência da estabilidade ou de indenização 4/132

ALTERAÇÃO

- contratual prejudicial. Jornada de trabalho. Autarquia Estadual. Retorno à jornada contratual inicial. Decadência administrativa..... 6/225
- unilateral da função sem pagamento de salário correspondente. Reparação devida. Aplicação dos arts. 468 e 460 da CLT..... 2/60

ALVARÁ

- para liberação de FGTS. Polo passivo ocupado pela CEF - Caixa Econômica Federal 5/177

ANOTAÇÃO NA CTPS

- recusa injustificada do empregador. Abuso de direito. Cabimento de astreintes 4/132

APLICABILIDADE

- do art. 475-J do CPC ao Processo Trabalhista 4/132

APLICAÇÃO

- no Processo do Trabalho. Art. 475-J do CPC 1/17

APOSENTADORIA

- complementação. Petrobrás. Petro. Acordo coletivo 1/18
- e complementação. Nossa Caixa x Economus. Solidariedade. Reconhecimento. Recurso do reclamante 6/226
- espontânea do trabalhador. ADIN n. 1.770. Lei Complementar Estadual n. 180/1978. Efeitos 3/90
- espontânea. Empregado público. Estabilidade do art. 19 do ADCT. Reintegração. Possibilidade 5/177
- espontânea. Extinção do contrato de trabalho. Parcela indenizatória de 40% sobre o FGTS. Abrangência 6/225
- espontânea. Manutenção no serviço. Precedente da Suprema Corte (ADI 1.721-3 DF) e revogação da Orientação Jurisprudencial n. 177 da SDI-1 pelo TST. Multa de 40% do FGTS devida 6/226

AQUISIÇÃO

- de bem penhorado. Boa-fé não evidenciada. Fraude à execução. Agravo de petição..... 1/18

ARBITRAGEM

- interpretação sistemática dos dispositivos legais (CF art. 114, § 1º; Lei do Trabalho Portuário (n. 8.630/1993) art. 23, § 1º; Estatuto do Ministério Público da União (LC n. 75/1993) art. 83, XI; Lei de - (n. 9.307/1996) art. 1º; CLT (alterada pela Lei nº 9.958/2000) art. 625-a; Lei da Participação dos Trabalhadores nos Lucros e Resultados da Empresa (n. 10.101/2000) art. 4º, II) e princípios trabalhistas. Conflito individual do trabalho. Indisponibilidade de direitos. Impossibilidade. Ofensa ao Princípio da Legalidade. Inexistência..... 5/177

ARBITRAMENTO

- da condenação aquém do limite previsto em lei. Remessa oficial considerada interposta 6/231

ARQUITETO

- categoria diferenciada. Banco. Jornada de trabalho..... 2/60

ARQUIVAMENTO

- da reclamatória. Prescrição bienal e quinquenal. Interrupção..... 1/18

ASSÉDIO MORAL 3/91

- ausência de elementos que comprovem a conduta negativa do empregador, capaz de atingir a auto-estima do empregado. Não configuração 1/18
- imposição de licença remunerada por longo período. Coação para adesão ao PDV. Caracterização 6/227
- presença de elementos que comprovem a conduta negativa do empregador, capaz de atingir a auto-estima do empregado. Configuração 2/60

ASTREINTES

- para compelir às anotações na CTPS. Não incidência. Co-titularidade de segundo imóvel residencial. Penhora insubsistente..... 1/18

ATOS

- de constrição. Inobservância da tipicidade do procedimento legal. Segurança concedida..... 2/60

AUDITOR FISCAL

- do Ministério do Trabalho e Emprego. Auto de infração por trabalho sem registro em CTPS. Legitimidade 4/133

AUSÊNCIA À AUDIÊNCIA

- Reclamante. Acordo entre patronos. Ratificação. Falta de interesse. Negativa de homologação. Arquivamento 5/178

AUTARQUIA MUNICIPAL

- Professor. Nulidade da contratação em caráter temporário. Aplicação do Regime Jurídico Municipal. Impossibilidade de reconhecimento de vínculo empregatício 3/91

AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

- Alteração contratual. Ato único do empregador. Prescrição 1/18

BASE DE CÁLCULO

- do adicional de insalubridade. Salário mínimo legal. Súmula vinculante n. 04 do STF 5/194
- Adicional de insalubridade. Súmula vinculante n. 4 do STF 3/91

BEM DE FAMÍLIA..... 4/133

- Lei n. 8.009/1990. Penhora de móveis e outros aparelhos domésticos que guarnecem a residência do devedor ou do sócio. Possibilidade..... 6/227

BORDADEIRAS

- Trabalho a domicílio. Terceirização. Responsabilidade da indústria de bordados. Viabilidade 4/133

CAMPANHA MOTIVACIONAL DE VENDAS

- Responsabilidade subsidiária da empresa de crédito e do estabelecimento comercial favorecido..... 4/133

CARGO

- em comissão. Competência..... 5/178
- em comissão. Gratificação de função. Recebimento por mais de dez anos. Impossibilidade de supressão 1/19
- em comissão. Secretário municipal. Agente político.

- Caráter jurídico administrativo. Competência. Justiça Comum 5/178
- público. Acesso a cargo público de nível superior. Exigência de concurso público. Diferenças salariais por desvio de função devidas..... 6/227

CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA

- Crédito trabalhista. Penhora. OJ n. 226, da SDI-1 do C. TST 3/91

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

- Tecnológica Paula Souza - CEE/TEPS. Fórmula de cálculo e pagamento dos DSRS aos professores, até o advento da LC n. 1.044, de 13.05.2008. Desrespeito ao art. 320 da CLT, interpretado pela Súmula n. 351 do C. TST, prevalecente para a relação de emprego público. Princípio da legalidade preservado. Devidas diferenças e integrações. Recurso não provido..... 6/237

CERCEAMENTO DE DEFESA

- Atraso no comparecimento à audiência. Inexistência de amparo legal. Não configuração 4/133
- Embargos de terceiro. Coisa móvel. Tradição. Prova exclusivamente testemunhal. Restrições 4/134
- Nulidade. encerramento da instrução e posterior fundamentação com base na falta de produção de provas (constitutivas) 5/178

CISÃO DE EMPRESAS

- Consequências..... 6/227

CITAÇÃO

- Art. 840 CLT X art. 222, "c" do CPC..... 1/19

CLÁUSULA

- convencional prevendo ser exclusivamente do empregado a responsabilidade pela paralisação do serviço, para gozo do intervalo intrajornada em labor externo. Não-prevalência..... 4/142
- penal. Inadimplemento. Cumprimento parcial da obrigação. CC art. 413. Cabimento..... 2/60

COISA JULGADA

- "Relativização". Renovação da ação. Rediscutir matéria encoberta pela coisa julgada. Inviabilidade 2/60

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA..... 4/134

- Acordo extrajudicial. Eficácia
- Comprovação de existência. Ônus do empregador. Processo do Trabalho..... 1/19
- Desproporção entre o valor recebido e a quitação outorgada pelo trabalhador. Prova dos autos sinalizando indução em erro, além de coação por ameaça de

- não recontração pela empresa que assumiu a terceirização de atividades. Nulidade do ajuste..... 4/134
- Quitação geral. Desvio de finalidade. Invalidez 6/227
- Submissão de reclamação trabalhista. Faculdade da parte. Não importa em carência de ação. Direito fundamental de acesso à Justiça 5/178
- Vício de consentimento. Ônus da prova. Extensão da quitação. Impossibilidade da ampla e vaga quitação do extinto contrato de trabalho 2/61

COMISSIONISTA

- misto ou impuro. Horas extras. Forma de remuneração. Recurso ordinário 5/178

COMPETÊNCIA

- da Justiça do Trabalho para execução das contribuições previdenciárias decorrentes do reconhecimento do vínculo empregatício. Não reconhecimento..... 3/92
- da Justiça do Trabalho. Determinação ao INSS para que averbe tempo de serviço reconhecido em sentença, ainda que não quitadas as contribuições previdenciárias dele decorrentes 4/134
- da Justiça do Trabalho. Vínculo jurídico de prestação de serviços médicos. Relação de trabalho. Configurada 6/228
- legislativa. Direito do Trabalho. Servidor público municipal. Regime celetista. Aplicação de lei federal 4/134
- material. Ação de cobrança de honorários advocatícios. Reconhecida 5/179
- Massa falida. Prevalência dos créditos trabalhistas 4/134

COMPLEMENTAÇÃO

- de aposentadoria. Diferenças. Auxílio-alimentação. Prescrição. Súmula n. 326 do TST 3/92
- de aposentadoria. Empregado admitido antes da vigência da Lei Estadual n. 200/1974. SABESP. Legitimidade passiva *ad causam* 4/134
- de aposentadoria. Fundação CESP. Admitidos após o Decreto n. 81.240/1978. Exigência legal de idade mínima 1/19
- de aposentadoria. Integração da gratificação de férias. Incompatibilidade..... 5/179
- de aposentadoria. Parcela nunca recebida. Prescrição total. Incidência da Súmula n. 326 do c. TST 1/19
- de aposentadoria. Pensão. Empregados da extinta Fepasa. Reajustes. Lei n. 9.343/1996 2/61
- de aposentadoria. Reajuste anual. Deflação. Desconto. Inadmissível 6/228
- de pensão. Parâmetro atual. CPTM. Recurso ordinário da reclamante 6/228

COMPROMISSO PARTICULAR

- Ausência de registro. Exigência de boa-fé. Embargos de terceiro não acolhidos 5/179

CONCESSIONÁRIAS

- de serviços de telecomunicações. Terceirização dos serviços. Responsabilidade subsidiária reconhecida 2/61

CONCURSO PÚBLICO

- para ingresso na magistratura. Falta de comprovação de três anos da atividade jurídica após o bacharelado. Indeferimento de inscrição definitiva. Inexistência de direito líquido e certo. Segurança denegada 4/135
- Candidato classificado dentro do número de vagas previsto no edital. Direito subjetivo à nomeação 4/134
- Edital. Alteração posterior. Ilegalidade 2/61

CONEXÃO

- Reunião de ações. Hipóteses 5/179

CONSÓRCIO PÚBLICO

- Constituído sob a forma de direito privado. Admissão de empregados. Obediência ao disposto no art. 37, II, da CF 1/19

CONTESTAÇÃO

- Princípio da eventualidade. Ausência de impugnação da causa de pedir subsidiária. Presunção de verdade destes fatos. Insurgência no Recurso Ordinário. Preclusão. CPC, art. 302 2/62

CONTRATO

- a prazo determinado. Suspensão. Percepção de auxílio-doença. Direito do Trabalho 5/179
- a termo. Contrato de safra. Estabilidade acidentária 4/135
- de corretagem. Fraude. Reconhecimento do vínculo empregatício 4/135
- de gestão. Responsabilidade subsidiária 6/228
- de obra certa. Possibilidade 4/135
- de representação comercial entre pessoas jurídicas. Pessoa jurídica que atua de forma unipessoal. Pessoalidade comprovada. Competência da Justiça do Trabalho 4/135
- de safra. Indenização ao término do contrato (art. 14, Lei n. 5.889/1973). Compatibilidade com o FGTS 5/180
- de safra. Transitoriedade. Contrato por prazo indeterminado. Distinções 6/228
- de trabalho em domicílio. Caracterização 2/62
- de trabalho por obra certa. Cláusula de transferência. Ineficácia 3/92
- de trabalho temporário. Indenização prevista no art. 12, "f", da Lei n. 6.019/1974 4/135
- de trabalho temporário. Lei n. 6.019/1974. Ausência dos requisitos legais. Descaracterização. Ausência de pedido de vínculo de emprego direto com o tomador. Pedido de responsabilidade solidária. Reconhecimento. Cabimento 3/92

- de trabalho. Atividades práticas e teóricas. Regime a tempo parcial. Art. 58-a da CLT. Não configurado 5/180
- de trabalho. Caracterização 3/92
- de trabalho. Prova. Existência de anotação na CTPS. Presunção relativa. Alegação de trabalho em período anterior ao registro. Desconhecimento da data de início por parte do preposto. Consequências 4/135
- de trabalho. Unicidade. Períodos descontínuos. Fraude caracterizada. Aplicação do art. 9º da CLT 5/180
- por prazo determinado. Nulidade. empresa de marketing que realiza a demonstração de produtos de outras empresas. Atividade permanente que não justifica a contratação de trabalhadores a prazo. Unicidade contratual reconhecida 5/180

CONTRIBUIÇÃO

- assistencial 3/92
- para a seguridade social. Empresas inscritas no "SIMPLES". Isenção 5/180
- previdenciária com recolhimento determinado pela Justiça do Trabalho, e imposição para que o órgão previdenciário proceda a averbação do tempo de contribuição. Competência. Possibilidade 6/228
- previdenciária Fato gerador. Pagamento. Conciliação na execução. Discriminação de parcelas fora dos limites da sentença transitada em julgado. Inadmissibilidade 6/229
- previdenciária Serviços domésticos prestados de forma autônoma. Não incidência 6/229
- previdenciária. Acordo firmado após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Impossibilidade das partes transigirem em relação ao crédito previdenciário 2/62
- previdenciária. Acordo homologado. Discriminação das parcelas. Indicação de verba acessória sem apontamento da verba principal. Ineficácia. Incidência da contribuição social sobre as parcelas acessórias 2/62
- previdenciária. Acordo judicial. Indenização por danos morais. Natureza indenizatória. Não incidência 5/181
- previdenciária. Cota de terceiros 4/136
- previdenciária. Fato gerador. Efetivo pagamento. Incidência de juros e multa de mora desde a prestação de serviços. Indevida 3/93
- previdenciária. Fato gerador. Pagamento. Prazo para recolhimento 2/62
- sindical patronal. Empresa optante pelo SIMPLES. Recolhimento indevido 2/62
- sindical rural. Condição de empregador rural. Exercício de atividade econômica em imóvel rural. Ausência de comprovação. Indevida 3/93
- sindical rural. Decreto-lei n. 1.166/1971. Enquadramento 5/181
- sindical. Microempresa e empresa de pequeno porte optantes pelo "SIMPLES Nacional" de recolhimento de tributos. Indevida 5/181
- sindical. Patronal. Empresa sem empregados 1/20

- sindical. Responsabilidade do sucessor. Limitação ao montante do quinhão. Recurso Ordinário 2/63

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

- Acordo homologado. Parcelas discriminadas. Transação 1/20
- Representante comercial. Indenização da alínea "j" do art. 27 da Lei n. 4.886/1965. Não incidência 3/93

CONVÊNIO

- pactuado entre entidade civil e municipalidade 5/181

CONVERSÃO

- da justa causa. em dispensa imotivada. Inexistência de justificativa plausível para dispensa por justa causa. Multa do art. 477, § 8º, da CLT. Cabimento 5/181

CORREÇÃO MONETÁRIA

- Época própria. Recurso ordinário do reclamado 3/93

CORREIÇÃO PARCIAL

- Não cabimento da medida. Impossibilidade de o Juiz Corregedor Regional impedir a realização de prova. Prestígio ao poder de iniciativa de prova do juiz 3/93

CORTADOR DE CANA

- Atividade de risco. Acidente de trabalho. Responsabilidade 2/63

CRÉDITO DE PEQUENO VALOR

- Lei municipal. Valor ínfimo. Inconstitucionalidade 4/140

CRISE ECONÔMICA

- Demissão em massa. Ausência de prévia negociação coletiva. Abusividade. Compensação financeira. Pertinência 4/136

CUSTAS PROCESSUAIS

- Ausência. Deserção. Recurso ordinário 3/93

DANO

- causado ao empregador. Possibilidade de ressarcimento 5/181
- moral e estético. Cumulação 2/58
- moral 1/20
- moral. Coletivo. Injusta agressão ao patrimônio valorativo de determinada coletividade. Desrespeito às normas de proteção à saúde, à segurança e ao meio ambiente do trabalho. Ocorrência. Reconhecimento 1/20
- moral. Dispensa imotivada. Não cabimento 4/137
- moral. Fixação do *pretium doloris*. Atendimento à

- dupla finalidade. Lenitivo à dor do obreiro e caráter pedagógico à empresa 6/235
- moral. Indenização indevida. Permanência do trabalhador em sua residência durante o pacto contratual 5/182
- moral. Justa causa não-comprovada. Sindicância. Não-participação do obreiro. Ofensa aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa. Risco assumido. Condenação devida 5/182
- moral. *Mobbing* ou terror psicológico. Não configurado 4/136, 137
- moral. Punição física 5/182
- moral. Rescisão contratual. Ausência de quitação das verbas rescisórias. Condição, por si só, insuficiente. Indenização indevida 5/182
- moral. Revistas íntimas nas quais se exigia a retirada de toda a roupa do empregado. Violação à intimidade e à honra do trabalhador. Indenização devida 5/182
- moral. Solicitação de realização de exame de gravidez. Dispensa. Discriminação não configurada 4/137
- moral. Submissão do empregado a situação humilhante e vexatória. Indenização reparatória devida 3/94
- moral. Transporte de valores 4/137

DANOS

- materiais. Indenização equivalente à diferença do benefício previdenciário recebido e devido. Informação equivocada do empregador ao INSS. Salário de contribuição inferior ao real. Pertinência 4/137
- morais configurados. Assédio moral, *mobbing*, *bullying*, *harcèlement*, manipulação perversa ou terror psicológico. Perseguição reiterada 6/229
- morais configurados. Assédio moral, *mobbing*, *bullying*, *harcèlement*, manipulação perversa ou terror psicológico 6/229
- morais e estéticos. Mensuração 2/58
- morais e materiais. Informações fiscais. Imposto de renda. Cobrança de débito. Culpa do empregador 4/138
- morais. Averiguação policial. Denúncia do empregador 1/20
- morais. Conversão da justa causa 5/182
- morais. Direito do trabalho e direito civil. Responsabilidade civil 1/20
- morais. Quantum indenizatório 3/89

DECISÃO

- agravada não refutada. Intempestividade da impugnação à sentença de liquidação. Agravo de Petição 2/63
- monocrática. Agravo interno. Cabimento 6/230

DENUNCIAÇÃO A LIDE

- de Seguradora. Competência da Justiça do Trabalho para exame 5/182
- indeferida. Contrato de seguro. Empregado como beneficiário. Cerceamento de defesa não configurado 6/230

DEPÓSITO

- judicial. Garantia da execução. Diferenças de juros. Devidas 4/138
- prévio de multa administrativa. Exigibilidade. Recurso ordinário em mandado de segurança 3/94
- prévio. Recurso administrativo 5/183
- recursal e custas processuais. Pessoa jurídica. Justiça gratuita. Incabível 3/94
- recursal. Desnecessidade de inclusão do valor dos honorários de advogado 2/63

DESCANSO INTRAJORNADA

- Redução do período de descanso sem autorização do Ministério do Trabalho. Desrespeito às regras de Medicina e Segurança do Trabalho. Matéria de ordem pública. Período integral devido. Inadmissibilidade de compensação. Direito do Trabalho 1/20

DESCANSO SEMANAL

- remunerado no oitavo dia, após sete dias de trabalho. Invalidez 5/183

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

- Posição jurídica do Banco ABN AMRO Real S.A. 1/21

DESCONTO RESCISÓRIO 4/138

DESVIO DE FUNÇÃO

- Diferenças salariais 6/230
- Vendedor comissionista. Exercício de outras atividades que afastam-no das vendas. Ilegalidade. Diferenças salariais devidas 1/21

DIFERENÇAS

- de horas extras. Obrigatoriedade da demonstração das diferenças alegadas. Insuficiência da mera indicação mensal do número de horas extras que a parte considera devida 3/94
- salariais provenientes de Planos de Cargos e Salários. Prescrição parcial. Cabimento 6/226
- salariais. Dupla função e boa-fé contratual. Arts. 421 e 422 do CCB 1/21

DIREITO DE AÇÃO

- Suspensão temporária. Aplicação dos arts. 731 e 732 da CLT 2/63

DIREITOS

- individuais. Arbitragem. Não-cabimento 4/138
- trabalhistas quitados. Art. 940 do CC. Não incidência 3/95

DIRIGENTE SINDICAL

- de agremiação não registrada. Dispensa ocorrida antes do pedido de obtenção do registro. Estabilidade inexistente. Direito do Trabalho 2/63

DISPENSA

- imotivada. Ensino superior. Decisão do órgão colegiado de ensino e pesquisa 5/186
- por justa causa..... 4/138
- por justa causa. Aplicação da alínea "e" do art. 482 da CLT. Desídia. Recurso do autor pleiteando reversão da justa causa conhecido e improvido 5/183

DISSÍDIO COLETIVO

- de natureza econômica. Redução de salários e jornada. Imperatividade da negociação coletiva. Imprescindibilidade da chancela sindical para a validade de acordo coletivo de trabalho..... 6/230
- de natureza jurídica. Termo de entendimento para contratação a prazo certo. Dispensa coletiva antes do termo do contrato. Pedido de reintegração. Impossibilidade. Indenização aplicável 3/95

DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

- Cláusula compromissória de convenção arbitral. Indisponibilidade dos direitos trabalhistas. Inaplicabilidade da Lei n. 9.307/1996. Direito do Trabalho 2/63

DISTINÇÃO

- entre contrato de prestação de serviços e empreitada. Inexistência de responsabilidade do dono da obra mesmo nos casos em que a obra não seja de construção civil. Inteligência da OJ n. 191 do TST 1/21

DIVISOR 200 6/224

DOENÇA PROFISSIONAL

- ou do trabalho. Garantia de emprego 5/183

DONO DA OBRA

- Responsabilidade 4/138

EBCT

- Empregado público em período de estágio probatório. Rescisão contratual. Requisitos 1/22

EDITAL DE LEILÃO

- inclusive eletrônico. Inválido quando descumpre o art. 686 do CPC 4/139

ELEIÇÕES SINDICAIS

- Pedido de anulação de eleição. Membros da chapa eleita. Litisconsortes necessários..... 1/22

EMBARGOS

- à execução. Fazenda Pública. prazo. MP n. 2.180-35 4/139
- à execução. Fazenda Pública. Prazo. Termo inicial 5/183
- à execução. Procrastinação. Prática de ato atentatório à dignidade da Justiça. Imposição da multa de 20% sobre o valor atualizado da condenação revertida ao exequente. Subsequente agravo de petição. Depósito da referida pena pecuniária em guia DARF sob o código 5936. Irregularidade. Recurso não processado 3/95
- de declaração. Conflito negativo de competência. Não configuração da hipótese do art. 114, VII da CF 6/230
- de declaração. Inexistência dos vícios referidos no art. 897-A, da CLT. desprovemento. Embargos protelatórios. Multa de 1%, art. 538, Parágrafo único do CPC 6/230
- de terceiro opostos por sócio da executada. Agravo de petição desprovido 4/139
- de terceiro. Possuidor. Escritura pública de compra e venda lavrada anteriormente ao ajuizamento da reclamação 6/231
- declaratórios protelatórios. Litigância de má-fé. Multa revertida aos cofres públicos..... 1/22, 2/64
- declaratórios protelatórios. Litigância de má-fé. Multa revertida aos cofres públicos. Justiça gratuita 1/22, 2/64
- declaratórios. Agravo de petição. Complementação de aposentadoria do Banco do Brasil. Incidência de reajustes concedidos pela "PREVI" no curso do processo. Possibilidade. Sentença passada em julgado que opera efeitos *ex tunc*. Relação jurídica continuativa. Integridade da coisa julgada preservada..... 4/139

EMPREGADA PÚBLICA

- Dispensa motivada pela obtenção de aposentadoria voluntária. Ilegalidade. Ato nulo. Reintegração decretada 6/ 231

EMPREGADO

- doméstico. Férias em dobro e proporcionais. Aplicabilidade..... 3/95
- público. Art. 41 da Lei Magna. Estágio probatório. Demissão. Ausência de irregularidade na apuração dos fatos 2/64

EMPREGADOR

- inadimplente. Execução contra o responsável subsidiário. Agravo de Petição..... 2/64

EMPRESA PÚBLICA

- Execução terceirizada de obra. Inadimplência trabalhista da empresa contratada. Não observância de cláusula contratual expressa que atribui poder de fiscalização à tomadora. Omissão geradora de dano. Hipótese de responsabilidade subsidiária. Direito do Trabalho 3/96

ENCERRAMENTO

- da falência com rateio de créditos. Ausência de pagamento integral do crédito do trabalhador. Prosseguimento da execução contra os sócios da empresa falida na Justiça do Trabalho. Possibilidade 5/183

ENQUADRAMENTO

- como bancário. Grupo econômico. Possibilidade. Direito do Trabalho 4/139

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

- Plano de cargos e salários. Ausência de promoção por antiguidade. Norma coletiva autorizando..... 5/184
- Servidor público. Mesma carreira. Diferença salarial devida..... 2/64

ESPÓLIO

- atuando como parte. Declaração de pobreza apenas em relação ao seu representante, que não atua em nome próprio na defesa dos bens comuns. Benefício da justiça gratuita não concedido. Recurso não conhecido..... 6/231

ESTABILIDADE

- acidentária. Contrato de experiência. Cabimento 4/140
- acidentária. Doença ocupacional. Cabimento..... 5/184
- acidentária. Extinção do estabelecimento 3/96
- convencional. Efeitos posteriores ao término da vigência da norma coletiva..... 1/22
- provisória. Doença ocupacional. Nexo de causalidade. Inexistência 4/148
- provisória. Gestante. Concepção ocorrida durante vigência do aviso prévio. Não cabimento 1/22
- provisória. Representante sindical. Comunicação formal. Imprescindibilidade..... 5/184
- sindical. Direito do Trabalho..... 2/64
- sindical. Diretor adjunto. Inaplicabilidade 1/22
- temporária. Proteção à gestante. Demissão no decurso de suposto contrato de experiência. Processo seletivo acurado anterior ao ajuste experimental. Presunção em favor da reclamante. Descaracterização do contrato de experiência por falta de eficácia subjetiva..... 6/231

ESTAGIÁRIO

- Desvirtuamento do contrato de trabalho. Reconhecimento do vínculo empregatício. CREA. Autarquia Profissional *sui generis*. Excepciona-se exigência de concurso público nos moldes do art. 37 da CF..... 2/64

EXECUÇÃO

- Autarquia. Crédito alimentar de pequeno valor. Responsabilidade subsidiária do Estado..... 3/96
- Concurso particular de preferência. Sub-rogação no

- saldo remanescente do valor da arrematação. Créditos não-trabalhistas. Incompetência da Justiça do Trabalho. Transferência do numerário à Justiça Comum..... 5/185
- de contribuições previdenciárias. Impugnação à liquidação. Preclusão..... 3/96
- de contribuições sociais devidas a terceiros. Incompetência..... 2/65
- de pequeno valor. Município. Lei Municipal. Fixação. Obrigação de pequeno valor. Dispensa de precatório... 3/96
- Distinção entre despesas com edital e custas processuais 6/231
- ECT 3/96
- Efetividade. Diligência em cartórios e CIRETRAN na busca de bens 4/140
- Fazenda pública. Crédito de pequeno valor. Dispensa de precatório..... 4/140
- fiscal. Encargo previsto no Decreto-lei n. 1.025/1969. Natureza de despesa judicial. Aplicação concomitante com a verba honorária sucumbencial. Lei n. 7.718/1988 3/97
- fiscal. Multa por infração à legislação trabalhista. Prescrição agravo de petição 5/184
- Multa de 10% sobre o montante da condenação. Aplicação do art. 475- j CPC. Compatibilidade com o Processo do Trabalho. Efetividade da tutela jurisdicional. Inteligência do art. 5º, LXXVIII da CF/1988 e art. 769 da CLT..... 5/185
- Multa fiscal. Infringência ao disposto no art. 68 da CLT. Atividades do comércio em geral. Supermercados. Labor nos domingos e feriados. Autorização permanente 6/231
- Não configuração de fraude à execução. Adquirente de boa-fé. Direito Processual Civil 1/23
- Precatório. Pequeno valor fixado por lei municipal em valor irrisório. Impossibilidade 6/232
- provisória. Liberação de valores. Possibilidade 5/184
- Remição. Ainda em vigor no Processo do Trabalho. Inteligência do art. 13, da Lei n. 5.584/1970. Duração razoável do processo. Remição da execução..... 4/140

EXTINÇÃO

- sem resolução do mérito. Recurso ordinário cabível 3/97

FAZENDA PÚBLICA

- Crédito de pequeno valor. Bloqueio em conta bancária via BACEN-JUD. Efetividade da execução. Viabilidade..... 4/140

FÉRIAS

- Concessão no prazo, mas com pagamento serôdio. Dobra devida..... 2/65
- pagas a destempo. Dobra devida..... 6/232
- Proporcionais. Empregado doméstico 5/185

FERROBAN

- e FERRONORTE. Concessão de ticket-refeição e

- subsídio a plano de saúde por aplicação da regra de isonomia do art. 5º da CF/1988 entre empregados de empresas do mesmo grupo econômico. Descabimento 4/141
- Ferrovia Centro-Atlântica e FERROBAN. Responsabilidade no período anterior à formalização da concessão 5/185
- Garantia de emprego inexistente. Direito à indenização da cláusula 4.49..... 3/97

FIBROMIALGIA

- Indenização por dano moral. Possibilidade..... 5/185

FINASA

- Promotora de vendas. Reconhecimento de sua condição de empresa financeira 4/141

FISCALIZAÇÃO

- das Normas de Segurança do Trabalho. Competência. Ministério do Trabalho. Art. 21, XXIV, CF/1988 e art. 626 da CLT 3/97
- Limites. Direito Administrativo. Direito do Trabalho ... 2/65

FRAUDE

- contra credores. Venda de veículo. Não-verificação ... 4/141

FRUTOS

- percebidos na posse de má-fé. Ausência de amparo legal. Indenização indevida 4/141

FUNCAMP

- EC n. 19/1998. Ação Civil Pública. Efeitos 4/141
- Nulidade do contrato de trabalho..... 4/141

FUNDAÇÃO

- Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista. Lei. Fundação pública. Remessa conhecida 5/186

FUNDO DE PREVIDÊNCIA

- complementar. Cota patronal. Restituição ao empregado. Impossibilidade..... 1/23

GRUPO

- de empresa. Empregador único. Impossibilidade 4/142
- econômico. Acordo coletivo. Aplicação. Ticket-refeição e plano de saúde..... 3/97
- econômico. Isonomia de direitos entre as empresas componentes. Descabimento..... 5/186

HABEAS CORPUS

- Pacto de San José da Costa Rica. Prisão por dívida. Risco iminente de ordem de prisão a depositário infiel. Ilegalidade e abusividade reconhecidas. Constitucional 2/65

- Prisão civil do depositário infiel. Aplicação do Pacto de São José da Costa Rica 4/142
- Prisão de depositário infiel 4/142

HOMOLOGAÇÃO

- de composição entre as partes. Contribuição previdenciária. Nulidade..... 2/65

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

- cobrados do trabalhador pelo Sindicato profissional. Devolução..... 3/98
- Código Civil inaplicável. Recurso Ordinário..... 4/142
- devidos, por aplicação da Súmula n. 219 do TST, estímulo à coletivização da lide e à celeridade e efetividade do processo 5/194
- Incompetência da Justiça do Trabalho para cobrança. 6/232
- Incompetência da Justiça do Trabalho 5/186
- Percentual 1/16
- Reclamação por acidente de trabalho. Súmulas ns. 219 e 329 do TST. Inaplicabilidade 1/23

HORAS

- de "sobrevisto". Hipótese do art. 244, § 2º, da CLT. Não ocorrência 6/228
- de percurso. Pré-fixação em norma coletiva. Confronto com o § 3º do art. 58 da CLT 2/65
- extraordinárias. Motorista. Previsão em cláusula convencional de cumprimento das jornadas nos termos do art. 62-I da CLT. Prova oral indicando situação diversa. Não-prevalência da convenção coletiva, no particular 4/142
- extras em trabalho externo. Impossibilidade de fixação por Acordo coletivo 2/66
- extras. Cartões de ponto. Anotações que não podem ser tidas como válidas 5/187
- extras. Compensações de horários. Feriados e "dias-ponte" 2/65
- extras. Minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho 2/65
- extras. Ônus da prova (CLT, art. 818 e CPC, art. 333, I e II)..... 1/25
- extras. Reclamante que exerce preponderantemente as funções de telefonista. Pretensão de ver aplicado o art. 227 da CLT. Incabimento. Inteligência da Súmula n. 178 do C. TST 4/143
- extras. Regime 7x1. DSR..... 3/98
- extras. Salário por produção. Cabimento..... 6/232
- extras. Trabalho externo. Cláusula normativa impondo restrição de direito sem embargo da possibilidade de controle da jornada, ofensa à regra constitucional, nulidade. Direito do Trabalho..... 3/98
- extras. Trabalho externo. Inexistência de controle de jornada. Indevidas 3/98
- extras. Minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho. Previsão normativa 5/187

- extras.Trabalho remunerado por produção. Pagamento integral da hora trabalhada..... 5/180
- extras.Troca de uniforme. Tempo à disposição do empregador. Limite superior a 10 minutos diários. Configuração. inteligência do art. 4º da CLT e Súmula n. 366 do TST..... 5/187
- *in itinere*. Invalidez de cláusula que suprime direito trabalhista..... 6/232

HOSPITAL DAS CLÍNICAS

- da Faculdade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Adicional por tempo de serviço. Base de cálculo. Salário básico. Norma benéfica de interpretação restritiva. Recurso provido, no particular 6/238
- da Faculdade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Prêmio incentivo. Natureza salarial. Prevalência da legislação federal trabalhista para o empregado público. Integrações devidas. Recurso não provido 6/238

IMPOSTO DE RENDA

- sobre os juros de mora. Incidência indevida. Agravo de petição 6/232
- Juros de mora resultantes de parcelas tributáveis. Incidência..... 1/23

INCIDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

- sobre complementação de aposentadoria. Direito Constitucional 4/143

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO

- de Jurisprudência. Instauração. Faculdade da Câmara. Limites..... 3/98

INCLUSÃO DOS JUROS

- moratórios na base de cálculo do IRRF. Devida apenas quando se trate de juros correspondentes à verba tributável. Recurso não provido 6/238

INCOMPETÊNCIA

- material para execução das contribuições destinadas a terceiros. Direito Constitucional..... 5/187

INCONSTITUCIONALIDADE

- Lei municipal que fixa crédito de pequeno valor em montante inferior àquele estabelecido pelo art. 87 do ADCT. Não reconhecimento 4/143

INDENIZAÇÃO

- acidentária. Reparação por danos estéticos, materiais e morais decorrentes de acidente de trabalho ou doença ocupacional. Prescrição. Aplicabilidade à espécie dos prazos prescricionais previstos no art. 7º, inciso XXIX da CF 6/232

- de 40% do FGTS. Prescrição. Adoção da decisão do STF na ADIN n. 1721 como *actio nata*. Impossibilidade.....5/187
- Férias gozadas após o término do período concessivo. Dobra do art. 137 da CLT. Devida3/99
- por acidente do trabalho. Execução. Sócio retirante. Responsabilidade6/233
- por dano moral. Fase pré-contratual. Possibilidade3/99
- por dano moral. LER/DORT. Inversão ônus da prova. Possibilidade3/99
- por dano moral. Participação em processo seletivo para vaga de emprego. Inexistência de provas. Indevida..... 1/23
- por danos morais e materiais. Acidente de trânsito no trajeto residência-trabalho e vice versa. Ato de terceiro. Requisitos. Dolo ou culpa do empregador. Nexo causal. Inexistência6/233
- por danos morais. *Mobbing*. Direito do Trabalho. Direito Civil.....4/143
- por danos patrimoniais. Prescrição. art. 206, §3º, inciso V, CCB. Indenização por danos morais. Prescrição. Regra geral do art. 205, CCB4/143

INTERPRETAÇÃO

- Art. 5º, II, da CF. Visão sistêmica do ordenamento jurídico. Inviável pinçar uma norma para aplicação isolada.....1/23

INTERVALO

- .Art. 384 da CLT. Aplicabilidade6/233
- intrajornada. Concessão parcial. Direito ao recebimento do tempo remanescente 1/24
- intrajornada. Natureza jurídica.....6/226
- intrajornada. Redução por norma coletiva. Nulidade. art. 71, § 3º, da CLT4/138
- intrajornada. Reflexos. Aviso prévio indenizado6/233
- para alimentação. Redução. Portaria n. 42, do Ministério do Trabalho e Emprego. Pagamento da parcela de que cuida o art. 71, § 4º, da CLT. Devido4/143

INTERVALOS

- intrajornadas. Natureza. Contribuição previdenciária. Incidência3/99

INVERSÃO

- da ordem cronológica de apresentação dos precatórios. Ocorrência. Cabimento do sequestro. Agravo regimental do executado 1/24

JORNADA

- 12x36. Município4/144
- de trabalho. CF/1988, art. 7º, XIV. Jornada de seis horas. Requisitos 1/24
- móvel. Mc Donald's. Jornada móvel. Afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana.....4/144

JULGAMENTO

- antecipado da lide. Impossibilidade. Fatos relevantes, pertinentes e controvertidos. Cerceamento de defesa configurado 2/67
- antecipado da lide. Inobservância do rito previsto na CLT. Prejuízo da proposta de conciliação. Nulidade . 5/187
- fora dos limites da lide. Fundamento jurídico diverso dado pelo juiz. Violação aos arts. 128 e 460 do CPC. Não-ocorrência 1/24

JURISDIÇÃO

- A eficácia da jurisdição é parte integrante do devido processo legal..... 2/66

JUROS

- Atualização monetária. Momento final de incidência. Responsabilidade do devedor 6/233
- de mora e atualização monetária. Momento final de incidência 4/144
- de mora. Correios. Equiparação à Fazenda Pública. Créditos trabalhistas..... 4/144
- de mora. Ente público. Percentual de 0,5% ao mês. Acolhimento..... 5/186
- de mora. Renúncia..... 2/66
- de mora. Servidor público. Parcelas vincendas..... 5/186

JUSTA CAUSA

- Não caracterizada 4/133

JUSTIÇA

- do Trabalho. Contribuições previdenciárias decorrentes de vínculos empregatícios reconhecidos em acordos firmados pelas partes litigantes. Lei n. 11.457/2007. Competência 5/187
- do Trabalho. Contribuições sociais ao chamado “Sistema S”. Competência 5/188
- do Trabalho. Empregado público Contratado por prazo determinado. Competência..... 1/24
- gratuita. Pessoa jurídica. Alcance. Depósito recursal4/144

LACRAÇÃO

- de imóvel e decreto de paralisação das atividades, sem estabelecer providências que assegurem a manutenção e segurança das instalações. Risco de sucateamento e deterioração do bem. Segurança concedida..... 2/66

LAUDO

- arbitral trabalhista. Título executivo extrajudicial. Possibilidade 4/145

LEGITIMIDADE

- Recurso de agravo de petição 1/24

LICENÇA-PRÊMIO

- Servidor celetista. Não cabimento..... 2/66

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

- Arguição de carência de ação, por não submissão da demanda à comissão de conciliação prévia. Ausência de qualquer proposta de acordo nos autos 6/233
- Indenização devida ao Estado 4/145
- Postulação ou defesa contra a prova dos autos. Ocorrência..... 1/24

LITIGANTE DE MÁ-FÉ..... 4/145

MANDADO DE SEGURANÇA

- Competência da Justiça do Trabalho. Seguro desemprego 6/234
- Decisão interlocutória em sede de execução definitiva. Descabimento 4/145
- Execução. Violação da coisa julgada. Cabimento..... 5/188
- Liberação de valores em sede de execução provisória. Aplicação do art. 475-O ao Processo do Trabalho. Possibilidade..... 6/234
- Manutenção ou restabelecimento de plano de saúde. Aposentadoria por invalidez. Concessão de tutela antecipada pelo juízo de origem. Não ofensa a direito líquido e certo 4/145
- Manutenção ou restabelecimento de plano de saúde de dependentes de empregado. Aposentadoria por invalidez. Concessão de tutela antecipada pelo juízo de origem. Não ofensa a direito líquido e certo..... 5/188
- Penhora de salários. Cabimento. Ofensa a direito líquido e certo. Violação do art. 649, IV, do CPC. Configuração..... 6/234
- Penhora sobre percentual dos proventos de aposentadoria do reclamado. Colisão de normas. Princípio da proporcionalidade..... 6/234
- Recurso voluntário e reexame necessário. Nulidade processual. Declaração. Ausência de intimação pessoal da autoridade coatora e da União 6/234
- Reexame necessário. Polícia Federal. Determinação para retificação da CTPS de funcionários exercentes do cargo de vigia, sob pena de multa. Violação a direito líquido e certo..... 5/188
- Tutela antecipada. Reintegração ao emprego de portador do vírus HIV. Presença dos requisitos do art. 273 do CPC. Inexistência de direito líquido e certo 5/188

MANDATO

- Ausência de juntada. OJ 52 da SBDI-I do C. TST. Aplicação 2/66

MASSA FALIDA

- Arts. 467 e 477 da CLT. Inaplicabilidade. Recurso ordinário da 1ª reclamada..... 3/99

MERA REPETIÇÃO

- dos embargos à execução nas razões recursais. Agravo de Petição não conhecido..... 2/66

MULTA

- administrativa. Exigência de prévio depósito do valor respectivo, como pressuposto do recurso administrativo. Inconstitucionalidade 1/25
- administrativa. Prescrição 4/145, 5/188
- administrativa. Responsabilidade pelo ambiente do trabalho. Fornecimento de EPIs..... 4/146
- do art. 475, J do CPC. Aplicabilidade..... 4/146
- do art. 475-j, CPC. Processo do Trabalho 5/189
- do art. 477 da CLT. Pagamento tempestivo. Não incidência..... 4/146
- do art. 477, § 8º, da CLT. Prazo. Contagem..... 1/25
- por embargos protelatórios. Pertinência..... 4/146
- por litigância de má-fé. Condenação solidária. Responsabilidade pelo pagamento. Restrição apenas à parte que praticou a conduta temerária..... 3/92

MUNICÍPIO

- Subvenção. Sociedade desportiva. Responsabilidade solidária ou subsidiária. Impossibilidade 1/25

NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO

- no processo de conhecimento para configurar o título executivo exigível em face do devedor. Direito Constitucional. Direito Processual Civil 5/189

NORMA COLETIVA

- Condição para que um benefício seja usufruído. Conhecimento pelo empregado. Postura que a nova visão dos contratos impõe ao empregador 6/234
- que suprime horas *in itinere*..... 6/235

NOTIFICAÇÃO POSTAL SIMPLES

- Presunção de recebimento no prazo de 48 horas. Elisão..... 2/67

NULIDADE DE AUTO

- de infração. União. Esfera administrativa. Inscrição em dívida ativa..... 1/25

OBRIGAÇÃO DE FAZER

- Responsabilidade do empregador quanto à anotação da CTPS. Cabível a fixação de multa diária 5/189

ÔNUS DA PROVA

- Princípio de Direito Material do Trabalho *in dubio pro misero*. Inaplicabilidade ao Direito Processual do Trabalho..... 4/146

ÓRGÃO PÚBLICO

- Dono da obra. Construção de centro de detenção provisória. Responsabilidade subsidiária do Órgão Público. Aplicação do inciso IV da Súmula n. 331 do C. TST.5/189

PAGAMENTO

- de acordo judicial posteriormente à expedição de precatórios ainda não quitados. Quebra de ordem constitucional de precedência cronológica. Admissibilidade do sequestro..... 1/25
- de salário. Depósito em conta bancária. Prazo do art. 459, § 1º da CLT..... 6/235
- de salários “por fora”. Meio de prova. Índícios e presunções insuficientes. Inviabilidade..... 2/67
- de salários. “Por fora”. Meio de prova. Índícios e presunções insuficientes. Inviabilidade..... 1/25

PARTICIPAÇÃO

- nos lucros e resultados 1/25

PENHORA

- Bem de família. Processo do Trabalho. Impossibilidade..... 4/146
- Bens residenciais. Possibilidade. Lei n. 8.009/1990. Interpretação restritiva 1/26
- Cunhado. Terceiro. Inexistência de fraude à execução. Agravo de petição 1/26
- de bem alienado fiduciariamente. Registro tardio. Fraude à execução. Recurso Ordinário..... 4/146
- Excesso. Valor do bem constrito superior ao crédito. Necessidade não observância do disposto nos arts. 1º e 2º da CNC. Configuração 5/189

PERÍCIA

- Deficiente e insatisfatória. Determinação, de ofício, de novo exame. Recurso ordinário..... 5/189

PESSOA

- portadora de deficiência física. Dispensa sem a contratação de substituto de semelhante condição (art. 93 § 1º da Lei n. 8.213/1991). Reintegração ao emprego 5/190

PETROBRAS

- Concessão de nível salarial por negociação coletiva indistintamente apenas para empregados da ativa. natureza de aumento geral de salários..... 6/235
- Concessão indiscriminada de um nível salarial a todos os empregados da ativa. Prática reiterada. Mecanismo que disfarça aumento geral. Extensão do direito aos aposentados 5/190
- Fundação Petros. Complementação de aposentadoria. Incorporação da parcela "PL-DL/1971" 6/235

PLANO DE PREVIDÊNCIA

- da Petros. Contribuição dos aposentados. Imperioso o desconto, mediante compensação5/190

PRAZO

- Recursal.....5/190

PRECATORIO

- Obrigação de pequeno valor. Lei municipal que define valor inferior a 30 salários mínimos. Possibilidade..... 1/26

PRECLUSÃO

- Matéria apresentada somente no agravo regimental 3/100

PRÉ-CONTRATAÇÃO

- Indenização6/235

PRÉ-CONTRATO

- Tratativas consistentes. Dever de indenizar 3/100

PRÊMIO

- assiduidade. Natureza.....4/144
- incentivo. Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto. Não configurada ofensa ao princípio da isonomia.....6/235

PREPOSTO

- *Ficta confessio*6/226

PRESCRIÇÃO

- Ação acidentária. Contagem do prazo. Aplicação da Lei Civil.....6/235
- Ação declaratória de reconhecimento de vínculo empregatício. Não ocorrência3/100
- Ajuizamento da ação após o biênio contado a partir da real extinção do contrato de trabalho. Ocorrência.....3/100
- Aviso prévio indenizado3/100
- Danos morais e estéticos. Observância do prazo prescricional do Direito do Trabalho.....5/190
- das multas administrativas. Natureza pública do crédito exequendo. Crédito fiscal de origem não tributária, decorrente de punição a in-frações de caráter administrativo-trabalhista. Incidência das regras de prescrição da legislação material civil. CC/1916 e CC/2002. Impossibilidade 2/67
- Execução fiscal. Oposição de embargos à execução. Interrupção. Reinício da contagem do prazo pela metade. Inteligência do art. 9º do Decreto n. 20.910/19324/147
- intercorrente. Aplicação da prescrição intercorrente na Justiça do Trabalho. Cabimento.....6/236
- intercorrente. Inaplicabilidade na Justiça do Trabalho. Agravo de petição5/190
- intercorrente. Início do prazo prescricional. Ausência de intimação da exequente. Não ocorrência.....6/236

- Intercorrente. Não aplicabilidade ao procedimento executório trabalhista4/147
- nuclear. Expediente forense suspenso. Publicação de portaria. Previsão de conhecimento de medidas de urgência.....5/190
- Reconhecimento de ofício. Possibilidade. Aplicação do art. 219, § 5º, do CPC.....4/147
- Suspensão do contrato de trabalho. Empregado afastado por questões de saúde. Suspensão do prazo prescricional5/191

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL4/147

PRINCÍPIO

- da fungibilidade recursal. Inaplicabilidade. Recurso contra decisão que julgou os embargos à execução. Interposição de Recurso Ordinário em lugar de agravo de petição. Erro grosseiro4/147
- da fungibilidade recursal. Inaplicabilidade. Recurso contra decisão que julgou os embargos à execução. Interposição de recurso ordinário em lugar de agravo de petição. Erro grosseiro5/191

PROCESSO

- de execução art. 475-J do CPC. Inaplicabilidade4/147
- do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Prática de ato do qual não possa se abster. Aplicação do art. 28 do CPP. Possibilidade1/26
- do Trabalho. Prescrição *ex officio*. Art. 219, § 5º, do CPC. Incompatibilidade1/27

PROFESSOR

- Aulas intercaladas. Intervalo.....4/148
- universitário. Dispensa. Ato do Reitor. PUCC. Nulidade.....3/100

PROGRAMA

- de auxílio-desemprego. Município de Mongaguá3/100, 101

PROVA

- Avaliação. Cuidado para que não se ignore a realidade. O grau de discernimento do trabalhador deve ser considerado.....6/236
- pericial. Segunda perícia. Art. 429 do CPC. Processual Civil.....4/148

PROVIMENTO

- de cargo público sem concurso. Impossibilidade6/236

REAJUSTE SALARIAL

- Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto-FAMERP. Legalidade dos reajustes fixados pelo CRUESP4/148

RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

- Extinção sem resolução do mérito de reclamação trabalhista anterior decorrente da não submissão à Comissão de Conciliação Prévia. Interrupção da prescrição. Súmula n. 268 do TST 3/101

RECONHECIMENTO

- da prescrição. Ex officio pelo magistrado. Possibilidade..... 6/236
- de contribuição previdenciária determinada pelo juiz trabalhista. Averbação do tempo de serviço pelo órgão responsável. Mero exaurimento dos procedimentos atinentes a reconhecer, executar e determinar o recolhimento do tributo. Correspondência lógica e necessária 6/237

RECONVENÇÃO

- Procedimento sumaríssimo. Impossibilidade 6/237

RECURSO

- adesivo da Fazenda Estadual. Prescrição. Diferenças de complementação de pensão 6/228
- Administrativo. Inconstitucionalidade da exigência de depósito prévio da multa 5/191
- da reclamada. Adicional de periculosidade. Exposição eventual..... 6/224
- Desistência anterior, por escrito. arrependimento posterior. Impossibilidade..... 3/101
- do Economus. Competência material. Complementação de aposentadoria..... 6/226
- do reclamante. Estabilidade acidentária. Art. 118 da Lei n. 8.213/1991. Processo 2460-2003-003- 15-00-0..... 1/16
- Nossa Caixa. Integração de horas extras e comissões recebidas na suplementação de proventos de aposentadoria. Não cabimento 6/226
- ordinário adesivo do reclamante. Acessoriedade. Não conhecimento..... 1/27
- ordinário da 2ª reclamada. Responsabilidade solidária. Administração da massa falida. Fraude. Honorários advocatícios 3/99
- ordinário da reclamada. Apresentação via fac-símile. Prazo para apresentação dos originais. *Dies a quo*. I- tens II e III da Súmula n. 387 do c. TST 1/27
- ordinário em mandado de segurança. Abertura de estabelecimento comercial varejista aos domingos e feriados. Caracterizada a ofensa a direito líquido e certo do impetrante. Concessão da segurança. Provimento negado..... 3/101
- ordinário em mandado de segurança. Discussão da legalidade ou abusividade de auto de infração lavrado pela fiscalização do trabalho. Necessidade de dilação probatória. Extinção do feito, sem a resolução do mérito 6/237
- ordinário x recurso adesivo. Interpostos pela mesma parte. Impossibilidade. Princípio da univocidade..... 1/27

- ordinário. Condenação *bis in idem*. Inocorrência. Horas extras e supressão de intervalo intrajornada. Correção de erro material 1/27
- ordinário. da reclamada. Apresentação via fac-símile. Prazo para apresentação dos originais. Lei n. 9.800/1999. Cinco dias. Inaplicabilidade do art. 184, do CPC, ao caso..... 1/27
- Ordinário. Processamento em apartado. Traslado deficiente. Não-conhecimento 6/237
- Princípio da dialeticidade. Necessidade de ter em linha de consideração a r. sentença, com a qual não se conforma a parte. Inadmissibilidade de mera reprodução de peça anterior, seja petição inicial, seja contestação..... 3/101
- protelatório. Litigância de má-fé. Multa revertida aos cofres públicos 3/101
- protelatório. Litigância de má-fé. Multa revertida aos cofres públicos. Justiça gratuita..... 3/102

REDUÇÃO

- do intervalo intrajornada. Inconstitucionalidade da Portaria MTE n. 42 de 28.03.2007 4/148

REEXAME NECESSÁRIO

- Sentença ilíquida. Aplicação do entendimento veiculado pela Súmula n. 303, I, do C. TST 4/148

REGIME

- 12 x 36. Motorista..... 2/67

REGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO

- pela Procuradoria Estadual em razão do art. 99, I, da Constituição do Estado de São Paulo. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS. Autarquia estadual com personalidade jurídica própria. Recurso conhecido..... 6/237
- pela Procuradoria Estadual em razão do art. 99, I, da Constituição do Estado de São Paulo. Hospital das Clínicas da Faculdade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Autarquia estadual com personalidade jurídica própria. Recurso conhecido 6/237

RELAÇÃO DE EMPREGO 2/67

- Representação comercial. Configuração 1/27
- Subordinação. Reconhecimento..... 5/191

RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA

- (CLT, art. 884, § 5º). Ação declaratória. Carência da ação por inadequação da via processual. Pertinência 5/191

REPARAÇÃO DE DANOS

- Honorários contratuais de advogado. Possibilidade 6/238

REPRESENTAÇÃO

- comercial. Autônoma x vendedor empregado. Subordinação estrutural. Vínculo empregatício caracterizado 3/102
- comercial. Autônoma. Indenização por ruptura contratual. Morte do representante..... 5/192
- sindical. Sociedade cooperativa. Conflito de representação. Categoria profissional dos empregados de cooperativas versus a dos empregados em postos de serviços de combustíveis 1/28

REPRESENTANTE COMERCIAL 6/238

REPRESENTATIVIDADE SINDICAL

- Questão de interesse público primário..... 1/26

RESCISÃO

- antecipada do contrato de aprendizagem. Extinção do estabelecimento. Possibilidade..... 6/238
- Contrato de trabalho. Atitude discriminatória. Liberdade de manifestação do pensamento.
- contratual e imediata recontração por outra empresa. Coação de caráter econômico. Renúncia de direitos trabalhistas. Invalidez 6/238
- contratual. Após a publicação da decisão que reconheceu que a aposentadoria espontânea não rescinde o contrato de trabalho. ADIN n. 1721 1/28
- contratual. Justa causa não configurada. Participação em greve..... 6/238
- indireta. Pagamento a menor. Não-caracterização..... 2/68

REINTEGRAÇÃO DEFERIDA..... 6/238

RESPONSABILIDADE

- civil da tomadora de serviços. Tutela de direitos humanos fundamentais. a tomadora de serviços tem o dever de oferecer local de trabalho seguro e de fiscalizar os procedimentos ocorridos no mesmo ambiente. afastada a culpa exclusiva da vítima. Indenização por danos morais e materiais devida em razão de acidente que ocasionou a morte de trabalhador autônomo..... 5/192
- civil por dano moral. Prescrição. Direito do Trabalho .. 1/28
- civil. Indenização por dano estético cumulada com reparação por dano moral. Possibilidade..... 5/192
- Dono de obra. Município 6/239
- solidária x subsidiária 6/239
- solidária. Administração da massa falida. Fraude. Honorários advocatícios. Recurso ordinário da QUALYCOOK..... 3/102
- subsidiária. Dono da obra. Visão hodierna dos contratos 4/148
- subsidiária. Incidência do art. 467 da CLT 5/192
- subsidiária. Indústria têxtil. Contrato de facção. Súmula n. 331, item IV, do TST 6/239

- subsidiária. Inexistência. Locação de espaço para fornecimento de refeições. UNESP..... 5/193

RESPONSABILIZAÇÃO

- subsidiária. Cooperativa habitacional. Não ocorrência. 2/68

REVELIA

- Aplicação do art. 320, I, CPC..... 1/28
- Impossibilidade de decretação quando a parte deixa de acostar documentos 5/193

REVISTA ÍNTIMA

- Violação da intimidade não admissível fora das hipóteses legais 1/28

RONDA

- Empresa de Segurança e Vigilância LTDA. Responsabilidade de sócio que ocupa cadeira no legislativo federal e que também é proprietário de castelo no interior de Minas Gerais..... 5/193

SABESP

- Empregado de sociedade de economia mista. Sexta-parte. Indevida 5/193

SALÁRIO

- produção. Duração do trabalho. Sobrejornada. Adicional..... 5/193

SALÁRIOS

- art. 464 da CLT. Depósito em conta corrente 3/102, 4/149

SEGURO DE VIDA

- Seguradora e empregadora integrantes do mesmo grupo empresarial. Não devolução dos valores descontados do salário do trabalhador 5/176

SENTENÇA

- *citra petita*. Nulidade 1/29

SERVIDOR PÚBLICO

- (Administração Direta, Autárquica ou Fundacional). Jornada. Descumprimento. Efeitos..... 3/102
- não concursado. Contrato nulo. Desvio de função. Diferenças salariais devidas 3/102
- regido pela CLT. Contratação a título de experiência. Inaplicabilidade do art. 445, parágrafo único da CLT.. 2/68
- Registro de contratação negado pelo Tribunal de Contas. Critério irregular no concurso. Não comprovação de vantagem. Ampla defesa não assegurada. Estabili-

- dade. Ausência de processo administrativo. Perda do cargo. Impossibilidade 1/29
 - Revisão geral anual. Art. 37, inciso X, da CF..... 2/68

SEXTA-PARTE

- Parcela prevista na Constituição do Estado de São Paulo. Sociedade de economia mista. Inaplicabilidade.....4/149
 - Servidor de secretaria. Regime da CLT. Devida..... 4/149

SINDICATO

- Adicionais de insalubridade e periculosidade para empregados de uma mesma empresa. Substituição processual cabível. Direitos individuais homogêneos.....5/193
 - Alteração na estrutura operacional. Aplicação dos arts. 10 e 448 da CLT..... 6/239
 - Base estadual. Desmembramento. Possibilidade..... 5/194
 - Personalidade jurídica e personalidade sindical. Aquisição 1/29
 - Substituição processual. Ação Civil Pública. Honorários advocatícios 1/29

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

- Direitos individuais homogêneos. Sindicato autor. Cabimento. Hipótese prevista no art. 8º da Carta Magna..... 6/239
 - do sindicato e litisconsórcio ativo. Diferenciação entre as figuras processuais 5/194
 - pelo sindicato. Possibilidade..... 2/68
 - Sindicato. Necessidade de rol de substituídos 4/149

SUCESSÃO

- de empresas. Aquisição de fundo de comércio. Configuração..... 1/29
 - trabalhista. FERROBAN x RFFSA. Inexistência de sucessão 4/149

SÚMULA VINCULANTE

- n. 04 do E. STF. Utilização do salário mínimo como base de cálculo do adicional de insalubridade. Impossibilidade..... 3/103

SUPERSUBORDINAÇÃO

- Substituição processual. Dano pessoal. Não pagamento de salários e de verbas rescisórias. Indenização devida 5/194

SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

- Diferenças. PL/DL 1971. Parcela instituída antes da CF/1988 2/68

TEMPO À DISPOSIÇÃO

- Troca de uniforme. Horas extras. Recurso ordinário .. 6/239

TERCEIRIZAÇÃO

- Atividade fim. TELESP. Impossibilidade5/195
 - de atividade-fim. Empresa concessionária de serviço público. Possibilidade. Isonomia entre empregados da empresa tomadora com os da terceirizada. Aplicação analógica do art. 12 da Lei n. 6.019/1974. Precedentes do TST. Direito do Trabalho.....2/68
 - de serviços. Cana-de-açúcar. Utilização de mão-de-obra por interposta pessoa. Licitude. Interesse processual do Ministério Público. Responsabilidade do tomador.....5/194
 - fraudulenta. Vínculo de emprego. Multa do art. 477 da CLT2/69
 - ilícita. Supermercado. Empacotador. Vínculo de emprego direto com o tomador de serviço. Responsabilidade subsidiária2/69

TESTEMUNHA

- ausente. Rito ordinário. Necessidade da comprovação do convite. Aplicação subsidiária do rito sumaríssimo 3/103
 - Relação de emprego. Não caracterizada a suspeição ..6/240

TRABALHADOR

- em cartório extrajudicial. Competência.....4/149
 - rural. Cesta básica. Pagamento a título de indenização. Contribuição. Cota previdenciária. Incidência5/196
 - rural. Intervalo intrajornada. Aplicabilidade6/240
 - rural. Remunerado por produção. Horas extras5/195

TRABALHADORES

- da EBCT. Banco do povo. Enquadramento. Jornada do bancário. Impossibilidade.....2/57

TRABALHO

- além de duas horas extras. Direito a indenização. Valor equivalente, no mínimo, ao dobro do devido a título de horas extras.....5/195

TRANSAÇÃO

- Plano de Desligamento Voluntário (PDV). Validade..5/195

TROCA

- de mensagens entre colegas de serviço via MSN durante a jornada de trabalho por cerca de quatro meses. Direito de punição do empregador com advertência e suspensão configurado4/149

TURNO

- ininterrupto de revezamento.....6/224
 - ininterrupto de revezamento. Flexibilização da jornada de trabalho. Negociação coletiva. Invalidez quando não observado o limite máximo de 8 horas diárias de trabalho e 44 horas semanais.....6/240

TURNOS

- ininterruptos de revezamento. Jornada de trabalho que se desenvolve dentro de dois ou três períodos, mas não de maneira cíclica. Não caracterização 2/69

UNIÃO FEDERAL

- Formas de notificação e de intimação. Súmula n. 197 do TST; Lei Complementar n. 73/1993. Lei n. 9.028/1995 3/103

USINAS DE AÇÚCAR

- de álcool. Atividade preponderante. Representatividade sindical profissional 1/30

VALE

- alimentação concedido por terceiro. Natureza salarial. Integração 3/103
- alimentação 5/196
- alimentação. Interpretação dos arts. 114 e 834 do CC. Verba de natureza indenizatória 6/227
- transporte. Pagamento em dinheiro. Folha de pagamento. Sanção administrativa. Legalidade 4/150

VERBA

- previdenciária. Acordo. Discriminação das verbas avençadas. Oportunidade 3/103

VERBAS

- rescisórias. Pagamento parcelado. Concordância do empregado. Devida a multa do art. 477, § 8º, da CLT 2/69

VÍNCULO

- de emprego. Corretor de imóveis. Requisitos. Direito do Trabalho 5/196
- de emprego. Médico plantonista em hospital 5/196
- de emprego. Sociedade de fato (informal). Reclamante com poderes de sócio. Relação isenta de subordinação.
- empregatício. Serviços de limpeza em favor da empresa em dois dias da semana. Vínculo de emprego configurado 5/196
- empregatício. Vendedora de CDs e DVDs piratas. Impossibilidade 6/240
- Não configuração 2/70